

Nº 269
AGOSTO 1993
CR\$ 70,00

EM TEMPO:

**DEMOCRACIA
SOCIALISTA FAZ
3ª CONFERÊNCIA**

PÁGINAS 6 E 7

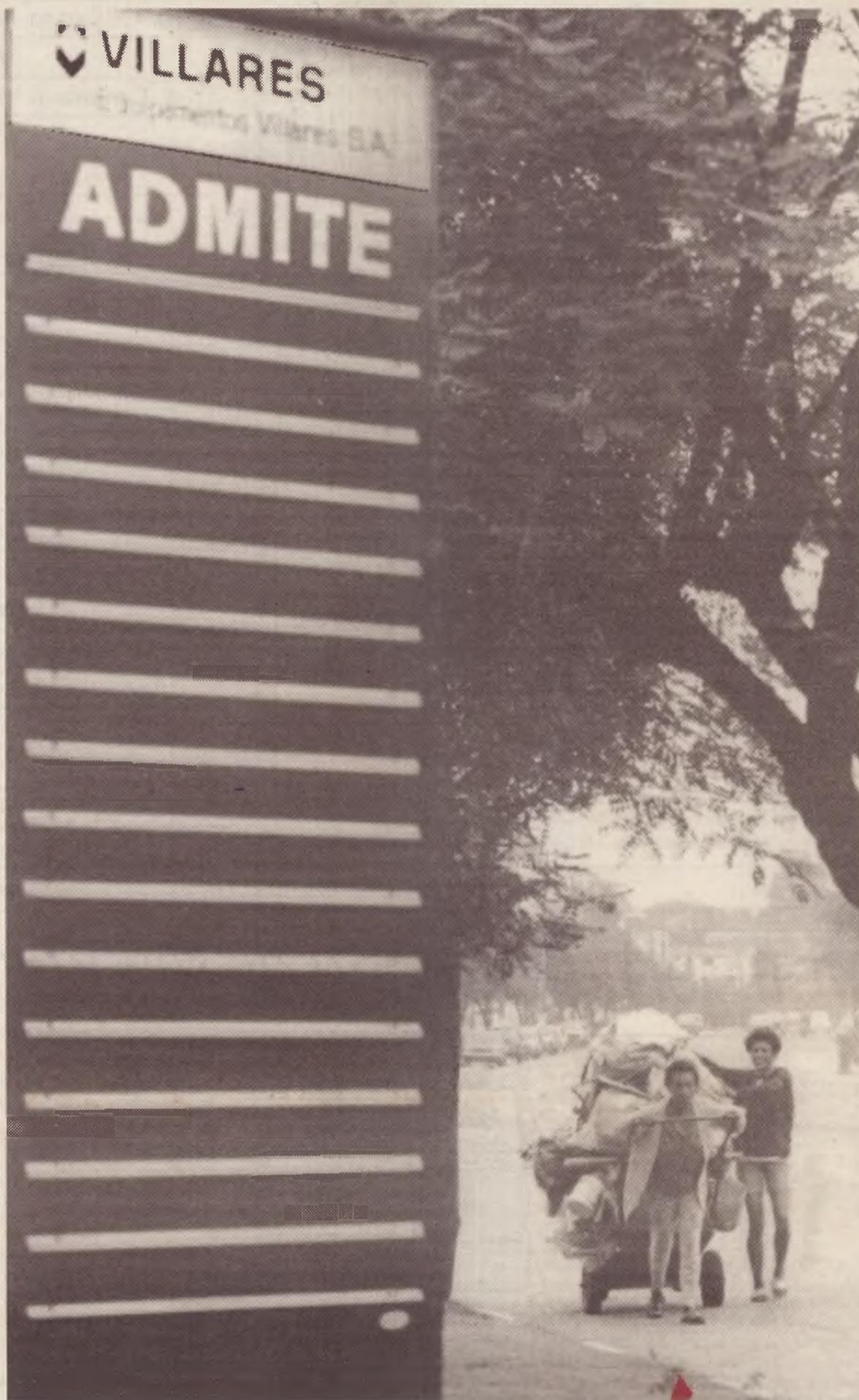
**REARMANDO O
MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES**

PÁGINAS 10 E 11

**1994: DEBATENDO
AS SAÍDAS PARA
O PAÍS**

PÁGINAS 13 A 15

**O FRACASSO DA TERCEIRA VIA
E O FLAGRA DE MALUF
COMPROMETEM AS
CHANCES DA DIREITA?
A CONJUNTURA NAS
PÁGINAS 3 A 5:**



ATRÁS DO PREJUÍZO

As chances da esquerda

As mudanças na conjuntura estão enfraquecendo o campo burguês na preparação da disputa para 1994. O desempenho sofrível do governo Itamar, as denúncias de corrupção que começam a envolver Maluf e as iniciativas do campo dos trabalhadores estão alterando a situação política. Examinamos nas páginas 3 a 5 os desafios postos para reforçar a iniciativa da esquerda, em particular face as tentativas conservadoras de realizar uma revisão constitucional relâmpago, entre outubro e dezembro.

Elemento central da evolução da conjuntura é a capacidade do movimento sindical responder ao processo de reestruturação neoliberal. O documento publicado nas páginas 10 e 11 analisa as consequências da ofensiva burguesa e as respostas dos trabalhadores.

E começamos também a debater de forma mais concreta o programa de governo para 1994. A contribuição de Wladimir Pomar nas páginas 13 a 15 é um primeiro estímulo à continuidade de um debate decisivo.

O processo de recomposição da direção do PT tem na ação da tendência Democracia Socialista um elemento importante. Publicamos nas páginas 6 a 8 extratos do documento central preparatório da 3ª conferência nacional da DS.

Publicamos ainda um dossiê sobre o debate hoje em curso na burguesia e no aparelho de estado sobre a inserção do Brasil no mundo pós-colapso da URSS; um artigo de Hamilton Pereira sobre o debate atual em torno da questão da fome; um artigo de Darlan Montenegro sobre as implicações da derrota petista no congresso da UNE; e contribuições de companheiras e companheiros como Elvino Bohm Gass, Marcelo Branco, Ivo Petry e Adélia Chagas.

EM TEMPO

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonuma, Hugo Manso, Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Jurez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilane Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTB nº 18663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa, Caco Bisol, Fernanda Estima e Fabiano Ciambra

Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138. Barra Funda, São Paulo CEP 01151-000. Fone: 66-5550

Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bonfim CEP 90210 Fone: 227-4642.

Índice

3. Conjuntura: A direita atrás do prejuízo

Antonio Martins

3. Conjuntura: Barrar a revisão constitucional

Fábio Pereira

4. Conjuntura: "Pau Brasil" compromete Maluf

Félix Sanchez

6. PT: 3ª Conferência Nacional da DS

Democracia Socialista

8. Campo: Nem diluir, nem estreitar

Elvino Bohm Gass

9. A fome é moderna

Hamilton Pereira

10. Sindical: Rearmando o movimento

Democracia Socialista

12. Notas sindicais

Marcelo Branco e Ivo Petry

13. Programa das maiorias nacionais

Wladimir Pomar

16. Documentos: Política externa brasileira

18 Mulheres: Identidade, diferença e socialismo

Lynne Segal

19. Os gatos da noite

Adélia Chagas

20. UNE: em algum lugar do passado

Darlan Montenegro

Um jornal que está ao seu lado



Assinando **Brasil Agora** você estará ajudando a fortalecer um tipo de imprensa que não faz coro com os interesses do neoliberalismo. Assine já.

LIGUE GRÁTIS
0800-11.1300

BRASIL
AGORA

A direita atrás do prejuízo

ANTONIO MARTINS

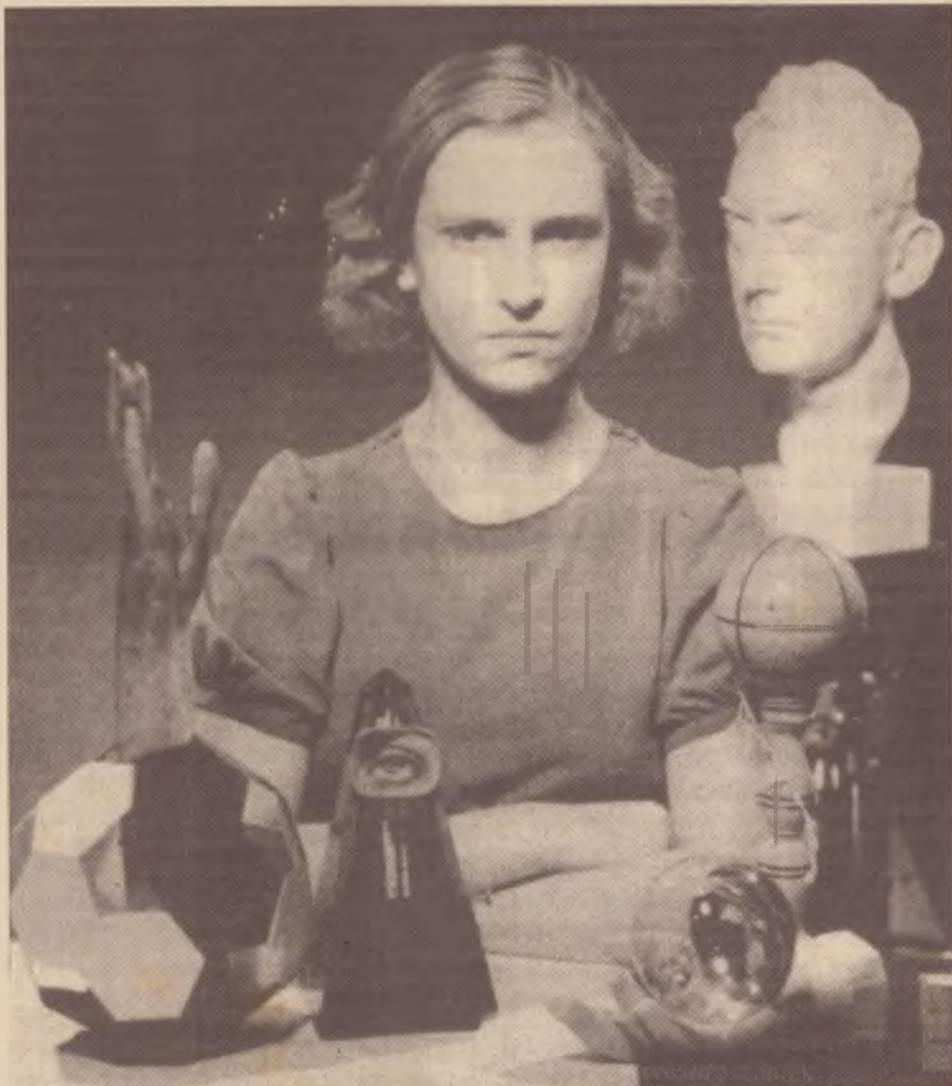
Sempre imaginativos, sempre prontos a apresentar seus próprios interesses como se fossem os do conjunto da sociedade, os políticos e a imprensa conservadora pareciam sustentar simultaneamente, no final de julho, duas teses distintas para o futuro do país.

Gente como o governador Antonio Carlos Magalhães, o deputado Delfim Netto e a revista *Veja* apostavam abertamente no lançamento de mais um candidato à sucessão presidencial, o ex-ministro de Collor, Adib Jatene. Ligado historicamente ao malufismo, Jatene era agora, através de notáveis malabarismos, apresentado como um "cirurgião sem partido", capaz de sobressair como "alternativa" tanto ao esfolado Maluf, cada vez mais envolvido no lodaçal do "esquema Pau Brasil", quanto a Lula, que segundo todas as pesquisas, continuava liderando com folga as preferências populares para as *supereleições* de 1994.

Os tucanos e seus aliados preferiam lançar presságios e advertências. Solidamente instalados nos postos principais de um governo cada vez mais fraco, presos a contradições que os impediam sequer de *estabilizar* a política econômica conservadora, viam escapar por entre os dedos a chance de surgir como força capaz de enfrentar a esquerda no pleito que se aproximava. Tendiam então a culpar a democracia por seus próprios fracassos. "Não haverá 1994 sem 93", repetia com insistência o ministro Fernando Henrique Cardoso, insinuando que as próprias eleições estariam ameaçadas se as diversas forças políticas não abandonassem a "demagogia" com a qual ele identificava, por exemplo, a luta em defesa dos salários. O jornalista Luiz Nassif, um entusiasta do ministro, chegou a propor uma espécie de *fujimorismo* consentido. O Congresso Nacional daria carta branca ao Executivo, que seria autorizado até a alterar a Constituição, para...enfrentar a disparada de preços!

Derrotas políticas

Que levava líderes das elites a lançar tais tipos de proposta? Por que subitamente haviam desaparecido do cenário político



Ray Man

Barrar a revisão constitucional

A revisão da Constituição de 1988 passou a ocupar um lugar importante no discurso das classes dominantes já no final do governo Sarney. A Constituição passou a ser responsabilizada em grande medida pelo aprofundamento da crise do Estado e da economia brasileira a partir do governo Collor. As poucas conquistas sociais garantidas pela Constituição (estabilidade do funcionalismo público, aposentadoria por tempo de serviço, jornada de trabalho de 44 horas etc), a garantia de alguns monopólios estatais (petróleo e telecomunicações principalmente), algumas restrições à participação do capital estrangeiro e a redistribuição fiscal que transferiu aos municípios uma parte dos impostos antes centralizados pela União, passaram a cumprir o papel de vilões, principais culpados pela incapacidade crônica de seguidos ministros da fazenda estabilizarem a economia e reverter, a cada vez mais grave crise em que está colocando o país.

É neste quadro que, cinco anos depois de promulgada e apesar de em vários aspectos importantes não ter sido regulamentada, a revisão da Constituição de 1988 passa a ser também uma arma das classes dominantes para se resguardar de uma, cada vez mais provável, vitória de Lula em 1994.

Apesar dessas dificuldades, a revisão constitucional não é uma via tranqüila para os conservadores. A proximidade e a antecipa-

ção prática da disputa eleitoral de 94, já em curso, coloca inúmeras dificuldades para a revisão. Os setores mais lúcidos da burguesia (José Serra, por exemplo) começam a trabalhar com a idéia de que ou a revisão começa e termina em 1993 ou seria melhor desmarcá-la, devido aos riscos que a conjuntura pré eleitoral coloca. Aliás, a votação do reajuste salarial no Congresso foi uma prova de que as contradições entre os interesses eleitorais dos deputados e os interesses "gerais" das classes dominantes existem e podem conduzi-las a derrotas importantes.

No campo democrático e popular, que se opõem à revisão, o 8º Encontro Nacional do PT aprovou uma resolução colocando a luta contra a revisão constitucional como uma das tarefas centrais da conjuntura, chamando a realização de uma campanha do partido e do conjunto dos setores democráticos do país contra ela. Mas isto não está se fazendo sem problemas.

Muitos setores do partido, que concordam a proposta de revisão constitucional já, continuam trabalhando publicamente contra a proposta majoritária no PT. É o caso, por exemplo, do deputado federal José Genoíno.

Muitos outros, embora formalmente acatem a resolução, continuam trabalhando para a preparação da revisão e não contra ela. Uma parcela expressiva da bancada federal já se envolve ativamente nesse processo, ao mesmo tempo em que pouco se empenha na

mobilização contra a revisão. Apesar da reafirmação da Direção Nacional da importância da luta contra a revisão, poucas iniciativas concretas foram até agora tomadas para levar à frente a campanha definida pelo Encontro Nacional.

Ao lado disso, as principais entidades democráticas do país começam a se articular contra a revisão constitucional. A OAB, CUT e CNBB já assumiram posição contrária à revisão, e iniciam uma campanha de mobilização, marcando para o próximo dia 18 de agosto, na sede da OAB em Brasília, um **Encontro Nacional de Entidades contra a Revisão Constitucional** e para o dia seguinte o **1º Ato contra a Revisão Constitucional**. Ao lado das medidas jurídicas que contestam a interpretação hoje majoritária no Congresso (que marca a revisão para iniciar-se em 06 de outubro), a mobilização do conjunto dos setores que têm seus interesses ameaçados pela proposta de revisão (os trabalhadores e os setores populares em geral) é a única maneira de impedir que se imponha uma derrota à classe trabalhadora. E nossa vitória, impedindo a revisão constitucional com o atual Congresso é decisiva para a capacidade de um futuro governo democrático e popular dirigir os destinos do país.

Fábio Pereira é Secretário de organização do DR do PT de São Paulo

As elites testam novos candidatos para 1994 e revelam desgosto com a democracia. Mas o fracasso de seus planos iniciais para o pós-Itamar é o dado novo na conjuntura.

hipóteses menos arriscadas, como a revisão "regular" da Constituição, ou o esforço para "desideologizar" a disputa sucessória? De que forma as forças de esquerda podem fazer frente às investidas atuais? Para encontrar as respostas é preciso examinar em retrospecto os principais fatos dos últimos meses.

Pouco destacada pela imprensa, *uma série de derrotas políticas importantes* acabou pondo por terra as expectativas ultra-otimistas que as elites acalentavam ainda no início de 1993. Indicam ainda que precisamente estes insucessos provocaram sinais de dispersão de forças, e em alguns casos de canibalismo político, entre os conservadores. Sugere que o fracasso do plano da direita e do "centro" está relacionado em grande medida ao fato das forças de esquerda terem superado debilidades, e aparecido em momentos decisivos como *pólo alternativo* aos intentos dos de cima.

Plebiscito

O primeiro grande revés conservador foi por certo o resultado do plebiscito sobre sistema de governo.

Independente das vantagens que se pode atribuir *em abstrato* ao parlamentarismo, é impossível negar que as forças de direita e de *centro* o abraçaram, quase em sua totalidade, porque viam nele a estrada que abria caminho para a conquista de dois objetivos essenciais e muito *concretos*.

Alterado o sistema de governo, estaria aplainado o terreno para uma reforma constitucional ampla, capaz de tornar mais impermeável à mudanças o sistema político, deslançar a "privatização selvagem" e estabelecer novas garantias e vantagens ao capital estrangeiro. Ficaria muito mais fácil, além disso, *esterelizar* o pleito de 94: ele deixaria de refletir a disputa entre *dois projetos* para o país, para se transformar na escolha monótona de um presidente-fantochete, e um Parlamento amesquinçado pelo paroquialismo do voto distrital.

O desconforto das elites com o desfecho do plebiscito transpareceu na tentativa de minimizar seu significado, e de sobrevalorizar o fenômeno das abstenções e votos nulos. Na esteira, no entanto, do resultado, e certamente influenciado por ele, ocorreria um mês e meio depois o 8º Encontro Nacional do PT.

O PT e o 8º EN

Diante da responsabilidade de preparar-se para um pleito cujas perspectivas de polarização tornavam-se evidentes, o partido flexionou claramente, *à esquerda*, sua posição anterior, reafirmou o compromisso com reformas estruturais na sociedade brasileira e recusou o melancólico papel de administrador dos projetos das elites. Assumiu além disso uma postura de oposição mais nítida ao governo Itamar.

Poucas semanas antes, Lula encerrara a *Caravana da Cidadania*, uma incursão ao Brasil dos descamisados. A grande imprensa, que contava com conclamações à união de ricos e

pobres como saída para a miséria, não lhe perdoou o caráter mobilizador que acabou dando à iniciativa, nem a ousadia de dialogar com um segmento em relação ao qual a esquerda é muitas vezes refratária.

Guinada à esquerda e apelo "messiânico" aos desvalidos, apressaram-se a prever os editoriais, iria levar o PT de volta ao gueto, incompatibilizá-lo com a classe média "moderna" dos centros urbanos e inviabilizar as alternativas de aliança eleitoral.

As pesquisas de opinião da própria imprensa não tardaram a demonstrar *o contrário* do que afirmavam tais comentários. A partir do início de junho, o que apareceu foi um crescimento expressivo de Lula, que saltou do patamar dos 20 para os 25% e o recuo de Maluf para a faixa em torno de 15%. Numa conjuntura marcada pelo agravamento da miséria e pela ampliação impressionante do abismo social entre ricos e pobres, as maiorias não pareciam raciocinar segundo os mesmos critérios dos editorialistas.

Dificuldades da revisão

Desde meados do ano passado os políticos mais lúcidos das elites, entre outros os deputados Delfim Netto e José Serra, vinham advertindo seus pares para os *riscos* que implicaria permitir que a reforma constitucional fosse postergada para um período próximo às eleições de 1994. Num raciocínio que deixa expostos elitismo e interesse em "salvar" do povo as instituições democráticas, alegavam que se isso viesse a ocorrer, as reformas necessárias à conquista da estabilidade política seriam obstruídas... pelo afloramento das reivindicações "demagógicas" do eleitorado. Vitorioso o parlamentarismo, acreditavam, seria possível desencadear pressões irresistíveis para que comessem a funcionar comissões parlamentares destinadas a "debater propostas" para a mudança da Carta. Em outubro, já realizado o debate, seria possível executar a revisão constitucional a toque de caixa.

O fracasso do parlamentarismo iria derrubar também estas ilusões. O que se viu foi, ao contrário, a contestação crescente à própria reforma - ao menos à tentativa de realizá-la através de um Congresso Nacional que não foi eleito para tanto. A partir de junho, partidos como o PT e entidades civis como a OAB, ABI, CNBB e CUT passariam a somar-se ao movimento anti-reformista. É possível que sequer inicie em outubro, e é certo que as teses mais caras à direita enfrentarão agora, quando o próprio neoliberalismo que as inspira dá sinais de esgotamento, oposição relevante.

Em junho e julho, os projetos das elites enfrentariam derrotas originadas na esfera econômica. Empossado no final de maio, recebido com apoio empresarial verdadeiramente inédito e visto a princípio, como o político sério, competente e honesto que seria capaz de "livrar" o país de uma sucessão presidencial marcada pelo aguçamento das paixões e expectativas extremadas, o ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso apresentou em 17 de junho um programa de cortes de gastos públicos que foi aplaudido de pé pelos conservadores, embora implicasse em aprofundar o sucateamento dos serviços públicos de infra-estrutura e despesas sociais.

O ministro sofreu, no entanto, desgastes e contratemplos. Atendeu apetites fisiológicos de governadores e parlamentares para aprovar um novo imposto - o IPMF. Temeroso de disputas legislativas desfavoráveis, adiou sucessivamente a regulamentação legal do próprio programa de corte de despesas, não transformado em lei nem submetido ao Parlamento até o início de agosto. Assumiu, por fim, postura intransigente durante a votação do reajuste mensal de salários no Congresso, o que levou o governo a derrotas em sequência, e fez ressurgir com força a CUT no cenário político.

O último episódio destacado que contribuiu para o desgaste dos planos das elites foi a "guerra de dossiês" travada a partir de julho. Desencadeada por uma série de fatores - entre eles as dificuldades dos conservadores para encerrar o "caso PC" sem atingir os corruptores e pelo interesse de setores da Receita Federal, da Polícia Federal e da Procuradoria da República em levarem as investigações de casos de corrupção adiante - a "guerra" ameaçava condenar as chances eleitorais de Maluf e pode desvendar também o "esquema" ACM (ver box sobre o caso Pau-Brasil). Ela cria na "opinião pública" um clima de desconfiança em relação aos grandes empresários, e às caixinhas que eles patrocinam para manipular as eleições.

O impacto de sucessivas derrotas da direita tende a inaugurar um quadro político novo, para cujas consequências nem todos parecem estar atentos, em especial entre a esquerda. Embora a ofensiva das forças neoliberais prossiga, a oposição



Marcel L. Sáenz

a ela já não se dá apenas restrita ao plano das idéias. Em certos momentos mais propícios, a esquerda tem partido para o ataque.

A mudança de cenário alivia as forças e os militantes de esquerda da pressão a que estavam submetidos. Vistos há bem pouco como "fósseis", os "dinossauros" já até festejam outra vez. Ao resgatá-los do ostracismo, os fatos novos irão contudo, é evidente, lançar-lhes novos desafios, responsabilidades e riscos.

Desafios

O primeiro deles parece ser a própria defesa da democracia. À medida em que vêm reduzirem-se as chances de evitar uma vitória eleitoral da esquerda em 1994, as elites parecem investir numa estratégia dupla, que consiste tanto em flertar abertamente com a hipótese de golpe (como fazem o deputado Bolsonaro, o ex-ministro Camarinha e outros) quanto em alardear que as reivindicações populares ameaçam a democracia (como preferem Fernando Henrique e Luís Nassif). A alternativa para a esquerda é, neste momento, lutar contra a revisão constitucional (ver box da página 3).

Pela importância ímpar que assumiu nos últimos meses a campanha dos sindicatos pelo "mensal 100%" pode se transformar num teste destacado para tal estratégia. Para afastar as insinuações do ministro da Fazenda e da imprensa conservadora, nada seria melhor que lançar um grande movimento de rua visando manter a reposição integral das perdas. As possibilidades de fazê-lo são ainda maiores quando se sabe que estarão em campanha salarial categorias de grande tradição de luta, como petroleiros, bancários e petroquímicos. Seria ainda mais apropriado à mobilização sindical se somarem, por exemplo, os aposentados e os comitês contra a fome - inclusive porque um dos pontos mais importantes do projeto aprovado pelo Legislativo são os aumentos reais para o salário mínimo.

Abalado pela derrota do parlamentarismo, pelas numerosas adesões ao movimento anti-reformista, o esforço de apressar ao máximo a reforma da Constituição, em circunstâncias desfavoráveis ao povo, pode no entanto ressurgir. Especialmente diante de um provável recrudescimento da inflação, os conservadores tendem a alegar que não haverá estabilidade sob a Carta de 1988, e que é preciso emendá-la sem demora para "salvar" a democracia. Exatamente por isso é necessário reforçar o Movimento em Defesa da Constituição proposto pela OAB, esclarecer amplamente mentiras que se lançam contra os pontos avançados da Carta e lembrar que uma eventual reforma deve ser feita *após* o debate nacional que as eleições do próximo ano desencadearão.

Diante das denúncias contra a manipulação eleitoral praticada por seus candidatos, a direita tende a reagir com um misto de fúria e de cinismo. Investigado por quatro instituições (Receita Federal, Procuradoria Geral da República, Banco Central e Polícia Federal), Maluf alegou que o "caso Pau Brasil" era consequência de perseguições do PT... Mais que depressa, os jornais e revistas conservadores apresentaram o episódio como resultado de uma "luta" entre petistas e malufistas. Cada vez mais editorializados, torcem abertamente para que Lula e Maluf anulem-se mutuamente, e abram caminho para uma alternativa "apartidária", como Jatene.

Muito melhor situada no cenário político, a esquerda não foi capaz até agora, no entanto, de superar uma debilidade grave: não consegue dialogar permanentemente com o conjunto dos trabalhadores e dos despossuídos, e por isso não transforma em lutas massivas o nítido descontentamento popular. Além de desenvolver a ação sindical e reforçar as ações em defesa da democracia, não seria conveniente, por exemplo, participar com mais decisão dos "comitês contra a fome"? A experiência tem demonstrado que em diversas localidades eles reúnem grande número de participantes, e tornam-se palco de debates políticos e mobilização.

À medida em que se aproxima a disputa de 1994 torna-se mais clara a necessidade de ampliar o debate que os militantes do campo democrático e popular travam entre si. Possibilidade concreta neste mundo pós-socialismo real", a eventual chegada da esquerda ao Palácio do Planalto equivalerá a um desafio histórico de proporções inéditas. Sob pressão intensa da direita e sem a segurança das concepções que a história deixou para trás, será preciso inventar um novo socialismo. Apesar de conhecidas todas as nossas debilidades, mas porque, como lembra o provérbio árabe ditado por José Saramago na epígrafe da *História do cerco de Lisboa*, "não conhecerás o mundo, antes de transformá-lo". □

Antonio Martins é jornalista da CUT e do *Brasil Agora*.



Marcel Li Sáenz

"Pau Brasil" compromete Maluf

A candidatura de Paulo Maluf à presidência da República começa a sofrer os efeitos da onda de denúncias de crime eleitoral, sonegação fiscal, tráfico de influência e remessa ilegal de divisas ao exterior, envolvendo figuras centrais do comando político de suas últimas campanhas: Calim Eid, o pianista João Carlos Martins e o próprio filho, Flávio.

A investigação que a Receita Federal e a Procuradoria Geral iniciaram na empresa Pau Brasil levaram à descoberta de um esquema de financiamento ilegal de campanhas eleitorais similar ao do caso PC-Collor.

Paralelamente à devassa fiscal promovida pela justiça, Maluf se vê confrontado pelas denúncias de crime eleitoral na campanha de 1992 feitas por um dos membros da coordenação de seu comitê, Maurício Câmara.

A força das evidências de envolvimento direto de Paulo Maluf nesses escândalos já ameaça implodir os alicerces de uma das principais alternativas conservadoras que a burguesia vinha construindo para enfrentar a candidatura Lula em 1994.

A vasta articulação de centro-direita montada por Maluf em torno da formação do PPR e da conformação de uma forte bancada na Câmara Federal começa a ser minada pela avalanche de denúncias e, em menor medida, pela crescente impopularidade da gestão malufista à frente da prefeitura de São Paulo. O lançamento da candidatura de Adib Jatene à presidência, apoiado por setores do PPR e do PFL exemplifica bem a crise nas fileiras malufistas. Sua capacidade de articulação e seu cacife junto a importantes setores do empresariado começa a ser posto em questão.

Maluf, ameaçado, partiu para o contra-ataque tentando transformar o escândalo "Pau Brasil" em um grande

lance da disputa eleitoral com o PT. Através do seu líder na Câmara Municipal de São Paulo, Miguel Colassuono, e do auxílio da mídia abriu uma bateria de denúncias contra o PT, a CUT, o Lula e a gestão petista à frente da prefeitura, tentando neutralizar o vigor das denúncias.

Neste quadro de polarização crescente, os embates do PT com Maluf tem aumentado muito, reforçando a autoridade política do partido na cidade. O PT vêm se fortalecendo como a única força política capaz de se apresentar como alternativa ao projeto neo-conservador do prefeito.

A polarização direita x esquerda é perseguida pelo PT e por Maluf a quem interessa aparecer como o político capaz de barrar a vitória de Lula na eleição presidencial e promete acirrar no próximo período quando as "ligações perigosas" do esquema Pau Brasil com o esquema PC virem à tona.

Na cidade de São Paulo, o PT se prepara para o enfrentamento apostando na politização e unificação das mobilizações contra a prioridade dada por Maluf às grandes obras viárias em prejuízo da área social. Há um esforço para a constituição de um fórum amplo de movimentos, entidades e partidos visando a discussão com a população da cidade, de um elenco de prioridades orçamentárias capaz de checar o projeto orçamentário do prefeito. No mesmo sentido, a luta contra a privatização da Companhia Municipal de Transporte Coletivo cobra do PT e do movimento sindical, especialmente da CUT, respostas dificultadas pelos impasses políticos e organizativos acumulados nos últimos anos.

Félix Sanchez é secretário de organização do DM do PT de São Paulo.

3ª conferência nacional da DS

DEMOCRACIA SOCIALISTA

Será realizada nos dias 4, 5 e 6 de setembro, em São Paulo, a 3ª Conferência Nacional da tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores. Situando-se na conjuntura partidária do pós-8º EN e da preparação para a campanha eleitoral de 1994, a conferência terá como pauta os desafios postos para a luta pelo governo, a avaliação e as perspectivas do PT no próximo período, a questão sindical e a construção da própria tendência. Será também um momento privilegiado para aprofundar a discussão com outros setores do partido, em particular aqueles que compuseram conosco a tese Uma opção de esquerda no Encontro Nacional do partido.

Publicamos abaixo uma versão ligeiramente resumida do texto para discussão *Novos marcos de construção da tendência Democracia Socialista* elaborado pela direção nacional da tendência.

A DS e o PT depois do 8º EN

Nossa política de convergência dos revolucionários na direção partidária mostrou-se correta, mas este processo não se esgotou no 8º EN.

Vivemos um momento muito particular no PT, marcado pela próxima disputa nas eleições presidenciais, com a possibilidade real de um campo de esquerda ser hegemônico no partido. Devemos pensar o nosso "fazer política" com ainda mais ousadia, persistência e responsabilidade. Características de quem não só constrói o partido, mas de quem lutou perseverantemente para ter uma enorme parcela de responsabilidade na sua direção. Esta alteração na situação do PT e sua relação com a DS impõe a necessidade de continuarmos a nossa disputa no sentido da construção do PT como partido revolucionário, bem como a elaboração sobre a relação entre o PT e a DS.

O 8º Encontro Nacional do PT aponta para a abertura de um novo período de construção da DS. No último período, lutávamos pela construção de uma hegemonia de esquerda na direção do PT. Hoje estamos mais próximos deste objetivo e em melhores condições de realizá-lo. Do mesmo modo se confirmou que não era só a DS que poderia trabalhar para este objetivo. A nossa política de convergência de correntes revolucionárias na direção partidária mostrou-se correta.

No entanto este processo não se esgota no 8º EN. Terá continuidade na experiência de construção da nova direção partidária e nos grandes embates que temos pela frente.

Somos hoje parte integrante do núcleo de direção do PT e o desenvolvimento da DS está, muito mais do que em qualquer outro momento do passado, indissolivelmente ligado tanto ao desempenho do PT quanto ao da DS na condução do PT. Os desafios colocados para o PT são desafios colocados para a DS e as tarefas da DS são fundamentalmente as de responder aos desafios postos para o PT.

Desafios

O período em que entramos, após o 8º Encontro Nacional, encerra grandes desafios que devem concentrar nosso esforço de elaboração e orientar a construção da tendência. Podemos resumir-nos nas seguintes tarefas políticas e organizativas:

a. A confrontação global de 1994

Não é o caso aqui de nos determos na discussão da visão geral que orientará nossa intervenção para armar o partido para os processos eleitorais. Isso é detalhado no documento **O PT e a luta pelo governo**, cujo conteúdo já foi, em boa parte, incorporado pela resolução política do 8º EN. O que está em disputa agora é a formulação do programa de governo, de um lado, e os primeiros passos da campanha, de outro, num cronograma que tem como primeiro ponto de síntese o 9º EN, no início de 1994.

Já podemos, porém, assinalar algumas diretrizes, pelas quais lutaremos no partido: a necessidade de enfatizar a disputa global de projetos e o nosso compromisso com um conjunto bem definido de objetivos e reformas estruturais; a articulação entre o processo político das campanhas, o movimento dos trabalhadores e setores populares e a construção de sua identidade própria; o caráter de polarização política e social que procuraremos imprimir às campanhas; e lutar para que elas tenham uma sólida coordenação partidária, impedindo que prevaleça a dinâmica de pulverização imprimida pelas campanhas proporcionais. Procuraremos, desde já, construir estas definições para cada estado e no plano nacional, preparando o terreno para o 9º EN.

Na definição do programa de governo nacional, devemos atuar para que o partido desencadeie, com base nas resoluções aprovadas pelo 8º EN, um amplo processo de discussão nas bases, nas entidades e movimentos, nos vários setores da sociedade, das propostas de governo central e estaduais com as quais nos comprometemos. Devemos, em particular no que diz respeito às definições de política econômica, evitar que elas recebam um tratamento pseudo-técnico, que esvazie o debate de seu conteúdo político. É importante a intervenção neste debate tanto atuando na coordenação do programa como participando do governo paralelo, que será um espaço privilegiado de elaboração e discussão.

b. A disputa ideológica e o projeto socialista hoje

Enfrentar o clima ideológico adverso na sociedade e reconquistar espaço, adesão e legitimidade para a defesa das idéias socialistas é um desafio central para o PT. Mas isso é entendido de forma muito distinta pelos vários setores do partido. O debate foi recentemente, em grande medida, marcado pela posição da ala moderada do PT, que empreendeu a revisão das concepções socialistas abandonando uma perspectiva revolucionária e assimilando elementos centrais da visão de mundo burguesa, como a defesa do mercado e da democracia limitada à sua forma representativa.

De outro lado, setores importantes do partido subestimam as implicações das transformações que estão se processando no mundo, deixando de contribuir para uma necessária renovação do pensamento socialista.

A nova configuração de forças estabelecida no partido facilita a adoção de uma posição mais adequada na defesa das concepções socialistas e na luta ideológica na sociedade. Compreender a necessidade de rever aspectos importantes do pensamento socialista, mas no sentido de aprofundar sua crítica do capitalismo, do mundo burguês e das concepções burocráticas - isso feito dentro de um esforço de valorização crítica da tradição socialista. Esta luta é condição indispensável para a defesa de uma outra forma de organização da sociedade e de fazer política, para resgatar o valor da solidariedade e o sentido de coletivo, para a formação de um imaginário que implica a crítica radical do capitalismo, sem o que uma alternativa social não pode manter sua identidade. Isso é indispensável para voltar a dar credibilidade à idéia de práxis revolucionária e ao sentido de militância.

Empreender, deste ponto de vista, uma ampla disputa ideológica na sociedade brasileira é uma possibilidade que está colocada, antes de tudo pela disputa global já iniciada. A formulação dos programas de governo, o debate com as organizações da sociedade civil, a atuação na universidade e junto aos intelectuais, o esforço de rearmamento do movimento sindical para intervir na atual conjuntura, as atividades de formação política e a imprensa partidária são todos espaços onde esta disputa terá que ser conscientemente travada.



c. O movimento sindical e a ofensiva na luta de massa

O 8º EN aprovou, na **Carta de Brasília**, nossas prioridades de lutas: o combate às privatizações, o apoio às ocupações de terras, a luta pelo reajuste mensal dos salários, o empenho na punição dos responsáveis pelos crimes de corrupção, a rejeição da revisão constitucional feita por este Congresso.

Mas a recapacitação do movimento de massas para travar estas grandes lutas tem um eixo claro: o rearmamento da CUT. Combater a burocratização, a dinâmica internista e o corporativismo do movimento, desenvolver orientações capazes de unificar e politizar as lutas, enraizar-se nos locais de trabalho são todas tarefas cujo enfrentamento vem sendo adiado há muito. As disputas na direção da CUT desencadearam um processo que evidenciou a crise das correntes sindicais, abrindo a possibilidade de uma mudança política da Central.

Aproveitar o espaço aberto, envolve imediatamente constituir alinhamentos com base nas propostas políticas decisivas para enfrentar as tarefas postas. A DS tem, enquanto corrente petista com atuação no movimento sindical, um papel importante a desempenhar na recomposição política da direção da CUT, junto particularmente com o Fórum do Interior, setores da Articulação e do Na Luta, PT.

A recomposição da direção da CUT não é um processo que se desenvolve só na Central, mas desdobra-se também no PT. O encontro sindical do partido, aprovado pelo 8º EN para realizar-se ainda em 1993, será momento importante para unificar um entendimento sobre os problemas estratégicos postos para o movimento sindical. A centralidade desta tarefa é evidente: o movimento social capaz de impulsionar a formação de uma alternativa democrática e popular em 1994 só poderá se viabilizar com o concurso da CUT, em acordo com a visão política definida no 8º Encontro Nacional.

d. Recuperar o atraso na construção partidária

Não poderemos enfrentar os desafios colocados sem uma radical mudança da construção orgânica do PT. Sem a forte presença do PT como partido dirigente, que organiza seus militantes e suas lutas, não é possível vertebrar o movimento democrático e popular necessário para disputar a hegemonia da nação. Seria muito negativo ter uma candidatura presidencial e uma presença institucional fortes com um partido fraco e o movimento social desativado.

A dinâmica do PT depois de 1989 agravou o importante atraso - a crise organizativa detectada desde o 5º EN - nas tarefas de construção partidária. A superação deste atraso exige um empenho, por parte da nova direção, na implementação de um amplo plano de construção partidária que capacite o PT a catalisar as energias que serão liberadas pelas lutas do próximo período e em particular da campanha de 1994, transformando-as em ação militante e em participação organizada.

As diretrizes que a DS sustenta têm como referência, além das resoluções partidárias, a tese **A Construção do PT** que apresentamos ao 1º Congresso. O fortalecimento dos organismos de direção partidária, a organização da base militante através dos núcleos e dos setores, a recentralização de nossa capacidade de iniciativa, hoje dispersa em centros de poder autônomos, a estreita sintonia política e organizativa com as bancadas parlamentares, a capacitação do partido para atuar como dirigente político em situações onde estamos à frente do Executivo e o fortalecimento das atividades de formação e dos instrumentos de imprensa partidários são as prioridades.

Empenho especial deve ser dado à reanimação da atividade militante dos petistas, organizando-os em núcleos e privilegiando-os (na definição do novo estatuto) nos critérios de delegação para os encontros partidários. Isso deve ser feito simultaneamente a sua capacitação política para intervirem nas lutas de massa, através da formulação de políticas gerais e setoriais e da proposição de iniciativas.

Isso requer, ao mesmo tempo, a estruturação dos setores de intervenção do partido, capacitando-os para formular políticas e unificar a ação militante. Além do setor sindical e agrário, juventude e mulheres devem ser prioridades do partido.

A implementação desta política pode ser um eixo decisivo de consolidação e ampliação do núcleo de direção do partido que integramos.

e. A consolidação do campo de esquerda partidária

A tese *Uma Opção de Esquerda* foi a expressão principal do campo de esquerda partidária que veio sendo construído, desde o 1º Congresso, em oposição à maioria então dirigente

e em favor da retomada da construção de um partido dirigente, militante, democrático e socialista. Os componentes desta chapa não se limitaram a uma postura de resistência e crítica, ou demarcatória e fracionista, mas tiveram uma grande preocupação com a constituição de uma nova maioria que representasse também a possibilidade de desenvolver acordos com amplos setores do partido, e desta forma pudesse dar início à formação de uma nova hegemonia.

Outros setores, presentes no Na Luta, PT e no Unidade na Luta, também expressam uma relação com o campo de esquerda partidária.

A consolidação de um campo de esquerda hegemônico no partido requer o desenvolvimento da base de acordo que permitiu a formação de *Uma Opção de Esquerda*. Isto implica na constituição de espaços comuns de discussão, consulta e proposição de iniciativas entre os setores que compuseram a chapa, bem como um diálogo junto a outros setores que podem vir a compor e contribuir para consolidar um campo majoritário de esquerda na direção partidária.

Dentro do marco geral de consolidar a hegemonia do campo de esquerda partidária, é importante para a DS compreender também as relações que podem ser desenvolvidas com cada componente de *Uma Opção de Esquerda*.

Uma prioridade é o estreitamento de relações com o objetivo de uma relação crescentemente orgânica com grupos que têm tido um acordo político e uma relação de colaboração e confiança antigas, inclusive já há vários Encontros formando um campo específico dentro da esquerda do PT.

Com os companheiros identificados com o mandato do vereador Wagner Lino, em São Bernardo do Campo, temos tido uma relação que já chega praticamente à identidade política. Com o Fórum do Interior temos desde vários anos uma relação prioritária não apenas na construção do PT no estado mas também na construção da CUT. Em São Paulo, temos tido também um estreitamento crescente de relações com a Vertente Socialista. No Rio Grande do Sul temos uma colaboração e um acordo antigos com o coletivo identificado com os mandatos do deputado Flávio Koutzii e do vereador Henrique Fontana. Há também relações importantes de aproximação política com companheiros em outros estados.

Os companheiros da Articulação/Hora da Verdade tiveram a iniciativa, junto com a DS, da formação da tese *Uma Opção de Esquerda*. Desde o processo do 1º Congresso, e particularmente desde que lançaram, nos debates prévios ao 8º Encontro, o seu Manifesto, têm dado uma contribuição fundamental para a formação de uma alternativa que permita superar os impasses vividos pelo PT. Por isso mesmo a colaboração recíproca entre a Articulação/Hora da Verdade e a DS, na elaboração política e no desenvolvimento das tarefas de direção partidária, tem uma importância fundamental para a consolidação da hegemonia do campo de esquerda.

A Hora da Verdade se formou a partir de quadros com uma larga experiência de construção partidária e dirigentes que representam uma base social fundamental: ABC-SP e agrário do PT. Por outro lado, não constituem uma corrente estrutura-



Superar o atraso na construção partidária é condição necessária para catalisar as energias que serão liberadas pelas próximas lutas, particularmente a campanha de 1994.



da nos mesmos moldes da DS, e nem completaram seu processo de constituição.

A relação da DS com a HV (que é diferenciada de acordo com especificidades regionais) poderá ter avanços importantes a partir do esforço comum de construir direções partidárias capazes de enfrentar os desafios que se colocam para o PT.

f. A importância da tendência

Nossa existência como corrente do PT não deriva da resposta de tarefas de caráter conjuntural, por mais importantes que elas sejam. As afirmações que fazíamos em nossa 1ª Conferência, em 1988, continuam fundamentalmente atuais. "O objetivo estratégico da DS, enquanto tendência do partido, é a construção do PT como partido capaz de dirigir a revolução no Brasil e dar início à transição ao socialismo. Para isto é obvio que as atuais definições do partido são insuficientes. A própria construção partidária está ainda longe de conseguir responder às necessidades colocadas para uma vanguarda revolucionária no país. A construção do PT como partido revolucionário está ainda em sua fase inicial, na qual a diferença de qualidade com a situação anterior é a existência de um projeto nesse sentido que é majoritário na sua direção" (Teses, p. 40).

Assim, em 1988 considerávamos que o projeto de construção do PT como partido revolucionário era majoritário na direção. Entre 1990 e 1993, contudo, a evolução negativa de setores do partido e a crise de hegemonia

e os impasses que se seguiram fizeram com que isso deixasse de ser verdade. As mudanças do 8º EN (preparadas em alguma medida desde o 1º Congresso e principalmente desde 1992) recolocam uma situação de maioria revolucionária, e portanto favoráveis para a construção de uma direção revolucionária para o PT.

Mas a realidade partidária, os enormes problemas políticos e de funcionamento no sentido da organização militante que já existiam em 1988 (mas que esperávamos então fossem ser equacionados) não só permaneceram como se agravaram. Sem que eles sejam equacionados, os avanços políticos obtidos fundamentalmente na relação entre as diferentes correntes no plano das direções partidárias não são socializadas para as bases, que não tem muitos espaços de militância partidária em comum. A síntese das experiências dos diferentes setores revolucionários permanece limitada.

Outro elemento de caráter mais estratégico que determina a vida da tendência é que atuamos a partir de um programa, uma concepção partidária e uma experiência acumulada por uma corrente internacional, a IV Internacional. A própria construção de uma internacional é parte importante de nossa proposta de construção do PT como partido revolucionário. É neste sentido que valorizamos as iniciativas que o PT vem tomando especialmente na formação e sustentação do Fórum de São Paulo.

Além disso, a construção de um partido revolucionário não é um processo apenas de definição política de setores de vanguarda. Este deve corresponder a um processo muito mais amplo de radicalização de todo um setor da classe trabalhadora e das massas oprimidas, a partir de experiências da luta de classes que lhe permitam assimilar o programa revolucionário. A constituição de um partido revolucionário é parte de um processo mais amplo de constituição de um sujeito revolucionário, do agente político e social da transformação de um país.

O horizonte estratégico da DS e aquele que propomos para o PT é a superação revolucionária do capitalismo, uma definição que não está resolvida e hoje não está nem mesmo colocada para amplos setores do PT e da vanguarda social no Brasil. Será uma disputa que travaremos, ao lado de outras correntes revolucionárias, na medida em que as questões que implicam nestas definições forem se colocando. □

Campo: nem diluir, nem estreitar

A primeira questão a afirmar, antes de discutir a questão da estrutura sindical no campo, é que falta nos sindicatos rurais de base uma orientação política que busque hegemonizar a partir dos valores de uma sociedade nova, socialista. Que esteja constituído por elementos como democratização das decisões; gestão transparente dos recursos; a formação da base; participação da mulher e do jovem; uma política de entretimento do Estado, os patrões e a agro-indústria; trabalho cultural; um esforço por informar amplamente; o respeito à pluralidade. Uma orientação que trabalhe bem as questões específicas da categoria, mas - melhor ainda - as questões da classe.

Questiona-se a presença dos rurais (pequenos produtores) na CUT: não são assalariados, e grande parte deles possuem título das terras que cultivam. Classificados como "pequena burguesia rural", seus interesses seriam incompatíveis com a CUT.

Esta opinião é dos que reduzem o papel da CUT ao contrato coletivo de trabalho. O campo já fazia parte do lado de baixo da pirâmide social desde bem antes do surgimento da exploração capitalista. Mudaram as formas de exploração, mas no essencial, os trabalhadores rurais - proprietários ou não do pedaço de chão em que trabalham - continuam sendo explorados e oprimidos pelos governos, banqueiros, agro-indústrias e comerciantes. Sua luta, no plano sindical, não é diferente da dos demais trabalhadores e pode perfeitamente se orientar pelos princípios da CUT.

Desafios organizativos. Ao falar sobre como organizar os trabalhadores do campo não podemos hoje querer um modelo de estrutura já acabado, mas uma linha que nos oriente para que esta estrutura contribua da melhor forma para a construção do novo.

Onde houver grande incidência de assalariados rurais e acúmulo de lutas, fazem-se necessários sindicatos específicos. Mas, devemos preservar a unificação de todos os trabalhadores rurais numa única organização estadual. Termos confederações nacionais ou federações estaduais separadas (de assalariados e de pequenos produtores) irá nos enfraquecer e inviabilizar que os trabalhadores rurais elaborem de forma mais global sobre os problemas do campo.

Devemos unificar os trabalhadores no ramo "agro-pecuário-industrial": assalariados rurais, camponeses e trabalhadores das agro-indústrias, abrangendo toda a cadeia produtiva para combater unificadamente o setor que fica com o grosso do valor produzido por estes trabalhadores: os complexos agro-industriais.

Quando falamos em disputar na estrutura oficial é para nela realizar uma ação cutista, e ganhar para a nossa proposta os demais trabalhadores. Não se trata apenas de ter dirigentes cutistas nas federações e na Contag - o que não vai torná-las mais ou menos cutistas. Há companheiros que fazem o discurso de "quebrar a velha estrutura getulista", no momento em que entram na estrutura oficial acomodam-se, dando muitas vezes um novo fôlego para a mesma, ao invés de entrar para

construir e reforçar a CUT, ou a proposta da CUT. O que precisamos é de um trabalho planejado e articulado entre os cutistas para que as propostas da CUT vençam nas reuniões, assembleias etc e conquistar a democratização destas entidades e sua filiação à CUT - discutida e aprovada na instância maior da categoria.

Mas isto não basta. É necessário avançar para transformar as estruturas filiadas em instâncias orgânicas da Central, o que passará pela unificação dos Departamentos (Estaduais e Nacionais) com as Federações oficiais e a Contag. Seria a Confederação dos Trabalhadores Rurais da CUT, com suas federações estaduais.

Isto ainda não resolve o desafio colocado no último congresso dos rurais da CUT. Devemos construir uma estrutura onde estejam presentes todos os rurais em movimento. É o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vanguarda da luta pela terra e da Reforma Agrária, os movimentos organizados de mulheres trabalhadoras rurais, as associações de cooperação agrícola de caráter sindical, as organizações dos trabalhadores extrativistas, dos atingidos por barragens, em fim, todos os que lutam no campo. Para isso precisamos, já hoje, respeitando nossas especificidades, autonomia e diferenças políticas, criar mecanismos de constante debate, intercâmbio e solidariedade; planejando conjuntamente nossas ações práticas no sentido de construir esta proposta.

Elvino Bohm Gass é membro da direção do Dep. Nac. dos Trab. Rurais da CUT

A fome é moderna

HAMILTON PEREIRA

Entre outros méritos, o debate nacional que hoje se trava em torno da questão da fome, contribui extraordinariamente para reestabelecer uma relação que em outros tempos, e em outros países, sempre foi óbvia: a relação entre a evolução da atividade agrícola de um país e a melhoria em quantidade e qualidade do fornecimento da cesta alimentar para sua população.

Agricultura e alimentação

No Brasil, há mais de 20 anos essa relação deixou de existir na cabeça dos formuladores da política econômica. A atividade agrícola e agroindustrial, que em outras épocas se dedicava a produzir arroz, milho, feijão, carne, trigo, leite, ovos etc, passou a produzir energia para alimentar o tanque dos automóveis - via pró-álcool - e, sobretudo, a produzir divisas. Dito de outro modo: eu planto soja para que o país possa colher dólares. Desde o consulado do Dr. Delfim Netto - que, por incrível que pareça, continua em liberdade - a agricultura brasileira vem assumindo o encargo de produzir superávits comerciais e divisas destinadas ao pagamento dos compromissos da dívida externa.

Hoje - quando o país alcança a cifra pouco invejável de 32 milhões de miseráveis, de famintos e é desafiado, por aqueles setores da sociedade menos embrutecidos por essa tragédia, a encontrar soluções urgentes - não faltam os que se apressam em oferecer a distribuição da cesta de alimentos como solução imediata e definitiva. Na situação em que se encontram, aqueles 32 milhões de brasileiros já não podem sequer recusar essa ignomínia. Mas convém não perder a oportunidade para lançar alguma luz sobre o processo gerador dessa calamidade.

Não podemos permitir que exatamente os setores econômicos e sociais que mais se beneficiaram do desenvolvimento concentrador de terra, renda e tecnologia, se apresentem agora, como irmãos de caridade oferecendo aos miseráveis de hoje a cesta de alimentos que extorquiram dos seus assalariados na tarde de ontem. É indispensável encarar a necessidade das reformas estruturais que a crise exige, entre elas a Reforma Agrária/Agrícola.

Acumulação e pobreza

Quero me servir brevemente de uma afirmação contida no documento sobre a Política de Segurança Alimentar apresentado ao país pelo Governo Paralelo, em 1991: "A história econômica mundial demonstra que a pobreza como fenômeno de massa no Terceiro Mundo, é um produto direto da expansão capitalista mundial. Em nosso continente, ela expandiu-se a despeito dos surtos de desenvolvimento industrial e agrícola, ocorridos desde meados do século passado. Dados da FAO revelam que em 1980, 35% da população da América Latina viviam em estado de pobreza absoluta, afetando 23% da população urbana e 56% da população rural. No Brasil esses números eram de 44% da população total em estado de pobreza absoluta, correspondendo a 30% da população urbana e 73% da rural".

Quando a fome é marginal, é acidental na vida da sociedade, resolve-se o problema aplicando políticas compensatórias. Algo como a intervenção do Estado para "civilizar" a rudeza das relações de mercado, como diriam os defensores do "welfare state". Mas no Brasil a fome não é acidental ou marginal. É regra. Convertem-se em uma necessidade econômica para a manutenção das taxas de lucro do capital, seja na agricultura, na agroindústria, seja no setor industrial ou outros setores.

A fome adquiriu funcionalidade dentro da dinâmica perversa da economia brasileira. A existência de 32 milhões de famintos no país guarda uma estreita relação com os baixos salários pagos nas cidades aos que ainda conseguem comer para se encontrar no posto de trabalho na manhã seguinte. O surto de expansão econômica do período militar trouxe como marca a concentração de terra, renda e tecnologia. Provocou uma migração até hoje desconhecida em qualquer país nos tempos modernos: mais de 30 milhões de brasileiros se deslocaram dos campos para as cidades em 30 anos.

Nestes últimos anos, observa-se o esgotamento de um modelo de acumulação baseado em subsídios governamentais, em baixos salários e nenhum centavo de investimento em qualificação de mão-de-obra. Não é demais recordar que o movimento abolicionista sepultou formalmente a escravidão em 1888, mas

não conseguiu fazer o empresariado brasileiro entender que não existe empresa competitiva em qualquer ramo da atividade econômica sem qualificação de mão-de-obra e sem fixar padrões dignos de salários.

O quadro de degeneração social, o prolongamento de uma crise que já dura mais de uma década e a necessidade de apresentarmos um projeto nacional de caráter democrático e popular para o país nos impõem a necessidade de redimensionar o debate em torno do programa agrário/agrícola.

Significado econômico

Durante alguns anos prevaleceu entre setores importantes do PT a concepção de que a Reforma Agrária perdeu todo o seu significado econômico, no conjunto das transformações estruturais que propomos para a sociedade brasileira. Convertem-se em uma das muitas "políticas sociais compensatórias" para atender à demanda do lumpem, ou dos párias do campo próximos a essa condição. A prevalecer tal concepção, a política fundiária do governo Lula entraria para a esfera de ação da LBA...

A dinâmica da crise brasileira repõe a questão da Reforma Agrária/Agrícola no centro do debate, como elemento estratégico de um projeto democrático popular para o país. Ela incide diretamente na contenção do processo migratório do campo para a cidade; alivia a pressão sobre os postos de trabalho nos centros urbanos permitindo maior capacidade de negociação entre trabalhadores e empresários; reduz a demanda sobre os serviços urbanos, habitação, saneamento, escola, saúde, transporte etc, resultando em melhor qualidade de vida; amplia o número de braços que produzem alimentos no campo e reduz o número de bocas a alimentar nas cidades; converte cerca de 12 milhões

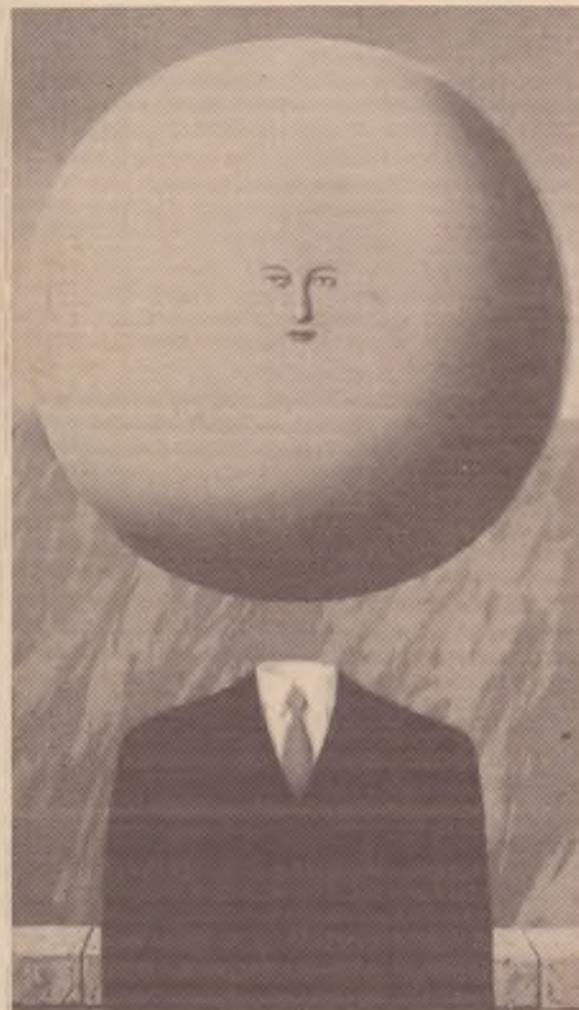
de trabalhadores rurais em produtores autônomos, o que incide diretamente e de imediato na política de desconcentração da renda; quebra o monopólio da propriedade da terra e a lógica de dominação política do poder local que se assenta sobre a fome dos trabalhadores e sua subordinação ao coronelismo e aos clientelismos de diferentes tipos. Produz cidadãos.

Voltando à questão da fome, é oportuno lembrar que entre todos os setores da economia brasileira, o que mais se modernizou e cresceu em volume e produtividade foi o setor agrícola e agroindustrial. Em 1980, o brasileiro consumia, em média 22 quilos de carne por ano. Dez anos depois, em 1990, esta quantia estava reduzida a 11 quilos. Donde se conclui que não existe qualquer relação entre a modernização e o desenvolvimento da agricultura brasileira e a melhoria das condições de alimentação do nosso povo. Pelo contrário, a conclusão que se impõe inevitável é que, no Brasil, a fome é moderna.

O debate sobre a Reforma Agrária/Agrícola no Brasil, às vésperas do ano 2000 já não diz respeito apenas aos trabalhadores rurais ou estudiosos do assunto. Passa a ocupar um lugar central na elaboração de um projeto nacional de caráter democrático e popular para o país na medida em que sua resolução repercute direta ou indiretamente na resolução dos maiores desafios que a sociedade brasileira enfrenta: aumentar em quantidade e qualidade a oferta de alimentos ao nosso povo, rediscutir o sentido da modernização e colocá-la a serviço do combate à miséria e não permitir que se transforme num poderoso e perverso instrumento de multiplicá-la. □

Goiânia, 15 de julho de 1993

Hamilton Pereira é secretário agrário nacional do PT.



René Magritte: A arte de viver, 1967

A fome no Brasil não é acidental ou marginal. É a regra. Convertem-se em uma necessidade econômica para o capital.

REARMANDO O MOVIMENTO

A apresentamos aqui extratos da primeira parte da *Tese Sindical que está em discussão no processo de Conferência Nacional da Tendência Democracia Socialista do PT. Integram essa parte ainda "A luta contra a privatização do Estado"; "O desafio da diversidade social da classe trabalhadora" (política frente ao desemprego, o setor informal etc); "A situação da mulher trabalhadora e os desafios de uma política de gênero", e "Sistema de relações de trabalho". Formam parte dessa Tese também, um capítulo sobre balanço e desafios da construção do projeto sindical da CUT; outro, sobre o papel do movimento sindical na campanha do Lula e no governo do PT; e um capítulo sobre a construção do PT no movimento sindical.*

Desde a retomada das lutas de massas no final dos anos 70 desenvolve-se uma luta titânica entre a rebeldia do trabalho e as tentativas do seu enquadramento pela ordem burguesa, que constitui um elemento central do quadro de crise nacional que atravessa o Brasil.

A atividade grevista, numa tendência marcadamente ascendente, ao longo da década de 80, mostrou tanto a energia disponível na classe trabalhadora para esse enfrentamento, quanto a incapacidade da burguesia de aplicar um projeto que conseguisse uma estabilização conservadora. As quatro greves gerais (1983, 1986, 1987, 1989) que agitaram a conjuntura nacional nos anos 80 testemunham isso, junto com o volume de greves reivindicativas ocorridas, como mostra o quadro abaixo.

Brasil: Média de horas

paradas por mês (em milhões):

(número de trabalhadores em greve multiplicado pelo número de horas de paralisação média dos doze meses em cada ano. As greves gerais não são contabilizadas)

1985	32,0
1986	28,9
1987	68,4
1988	47,4
1989	108,0

No marco da deteriorização geral das condições de vida no país durante os anos 80, verificou-se uma queda acentuada do salário e o emprego (em menor escala que no restante da América Latina, é bom ressaltar), mas junto com uma impressionante acumulação de forças políticas do campo operário e popular. É por isso, que a crise social se transforma em radicalização política chegando ao ponto mais alto durante a campanha do Lula em 1989.

O balanço de conjunto não é unívoco. Essa luta se transformará em alguns ganhos econômicos duradouros, como a redução da jornada de trabalho, tal como expresso no quadro abaixo:

Grande São Paulo:

Jornada média semanal

	Indústria	Comércio	Serviços
1985	46	50	43
1989	44	47	42
1992	42	46	41

Mas é nos salários que o tensionamento sobre as condições de vida dos trabalhadores alcança o paroxismo, através de diversos mecanismos pelos quais transformou a crise em fonte de lucro. Isso faz, inclusive, com que expressivos contingentes de assalariados trabalhem mais que a jornada legal (em 1992: 37% na indústria, 53% no comércio, e 35% nos serviços na GSP). O impacto dos ataques nos salários foi imenso nos anos 80, e continuou nesta década:

Brasil: Participação do salário na renda interna urbana

1949	56,6%
1980	50,0%
1984	46,7%
1988	38,0%
1992	30,0% (est.)

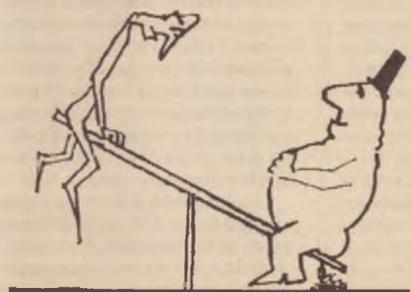
Salário mínimo real: médias anuais (índice)

1940 (julho)	100
1980	61,78
1984	52,04
1988	38,22
1992	26,07

Nova fase

Com a vitória de Collor em 1989, após uma forte polarização com o projeto democrático-popular na campanha presidencial, abre-se um novo período da luta política, onde a burguesia se coesiona em torno do chamado "projeto neoliberal".

Esse projeto se baseia fundamentalmente no tripé: abertura ao comércio exterior; privatizações de empresas e serviços; desregulamentação (com a eliminação de direitos sociais e trabalhistas). Ele tem implicado não no reinado do "mercado" como querem seus propagandistas conservadores mas, antes de tudo, numa forte intervenção privatizante do Estado. Não se trata de um retorno ao "liberalismo" da livre concorrência, mas de uma nova fase da política do capital monopolista nos países da periferia capitalista.



O discurso de "qualidade e produtividade" busca embasar positivamente a política neoliberal - dando-lhe capacidade de disputa contra a resistência dos trabalhadores. O movimento operário tem tido extrema dificuldade de construir um discurso e uma política global alternativas às desse projeto.

Sua aplicação tende a transformar o país numa

"plataforma de exportações", com o desmonte de diversos setores da economia; limita a capacidade do Estado de intervir frente aos grandes monopólios; retira qualquer prioridade para o "mercado interno", a integração da nação e as políticas de rendas; aumenta as desigualdades sociais e regionais; desmonta toda política de "solidariedade social" nas áreas de educação e seguridade social; aumenta velozmente o desemprego estrutural assim como cria novas e intensifica antigas formas de sub-emprego.

Com semelhante volume de ataque a interesses nacionais e populares a primeira vista seria muito fácil encabeçar a "resistência". Mas esse ataque vem após anos de desmoralização do modelo econômico anterior (também excluyente e autoritário, e por consequência indefensável). Assim, não há em escala nacional "resistência" sem "projeto alternativo".

Esse impasse vai se refletir na atividade grevista no período como mostra o quadro abaixo:

Brasil: Média de horas paradas por mês (continuação)

1990	64,2
1991	56,6
1992	11,7

Três anos de aplicação do projeto neoliberal no país teve um efeito devastador na classe trabalhadora, e está criando um marco muito mais adverso para a luta pela transformação social.

A queda do Collor com o consequente impasse político gerado para a aplicação do projeto neoliberal colocaram uma oportunidade ímpar para reverter este quadro. A questão hoje é como, sob a conjuntura do governo Itamar e na perspectiva da disputa das eleições de 94 se recoloca o projeto democrático-popular em pauta.

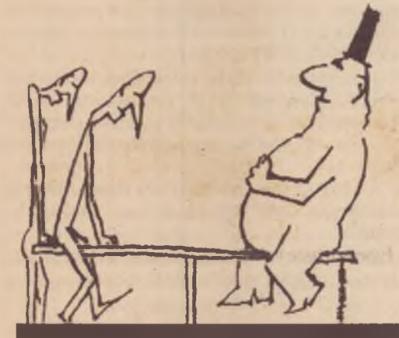
O movimento sindical cutista consumiu os anos de 1990 e 1991 para se pôr de acordo sobre o diagnóstico, além de ensaiar diversas alternativas de enfrentamento. O momento agora é de construir a síntese política que acumule no relançamento do projeto democrático-popular.

Mercosul

A internacionalização das forças produtivas é a tendência fundamental do capitalismo nos nossos dias. As forças produtivas se enfrentam cada vez mais com o Estado-nação e o desenvolvimento de sociedades multinacionais como força de organização predominante da empresa capitalista contemporânea é a mais clara expressão dessa tendência. A formação de blocos econômicos regionais é expressão desse fenômeno do capitalismo atual.

Abrem-se duas vias para a esquerda: apoiar a "sua burguesia" frente a concorrência internacional, aceitando os planos de ajuste estrutural anti-operários; ou desenvolver uma nova fase da solidariedade internacional entre os trabalhadores. Neste caso se oporá às manobras das multinacionais, a ação articulada para aumentar os salários menores, para combater o desemprego em todos os países. Combaterá qualquer projeto baseado em exportações sobre a "vantagem" dos baixos salários e a perda de direitos; colocará um modelo fundado no desenvolvimento do mercado interno (e regional) dos países do Terceiro Mundo.

A integração dos países do Cone Sul (Mercosul), proposta pelo Tratado de Asunción, sendo um processo entre países capitalistas subdesenvolvidos e dependentes, se insere na lógica dos grandes grupos capitalistas - à par de poder ser uma porta de entrada da "Iniciativa das Américas" lançada sob o governo Bush.



A partir do trabalho da CUT temos desenvolvido uma linha estratégica que devemos aprofundar: questionar o caráter excluyente, autoritário e ao serviço do capital, da integração em curso; desenvolver tarefas de articulação política e solidariedade mútua concreta frente as tentativas de rebaixamento geral das condições trabalhistas e sociais na região; discutir (e lutar por) uma proposta de integração regional que vise o desenvolvimento dos povos, à par que garanta a soberania dos povos da região frente as políticas do capital imperialista (o que significa articular um campo político comum frente a dívida externa, as negociações do GATT, o FMI, a "Iniciativa das Américas" etc).

Reestruturação produtiva

Nos anos recentes o Brasil assiste a dois tipos de mudanças capitalistas importantes: uma reestruturação dos ramos econômicos, sob forte impacto da exposição da economia à concorrência internacional (a inserção passiva no mercado mundial), e sob a pressão da crise capitalista interna (sobretudo a prolongada recessão dos 90), levando ao fechamento de fábricas e reconversão de setores econômicos; uma reestruturação das empresas que sobrevivem, aplicando novos métodos organizacionais, assim como introduzindo muitas vezes inovações tecnológicas.

Tem sido a pressão direta exercida pelo desemprego e o medo do desemprego, muitas vezes combinada com métodos de cooptação ("parceria"), as principais armas patronais. A taxa de investimento na produção caiu a seus níveis mais baixos nos anos 90, o que quer dizer que o uso de novas tecnologias ocupa um lugar secundário nessa reestruturação. Porém, o resultado obtido pelos capitalistas, desde o governo Collor, é do ponto de vista econômico, fantástico, se medido em produtividade do trabalho.

Estes dois processos estão mudando o perfil social da classe trabalhadora brasileira (por exemplo, aumentando o desemprego estrutural e o setor informal), dividindo o país (e os trabalhadores) em duas realidades muito diferentes (a dos "integrados" às plataformas de exportação e a dos "excluídos"), e colocando novos desafios políticos para o movimento sindical (tanto o de organizar os excluídos como de disputar com os novos métodos patronais de organização da produção a hegemonia política no âmbito do local de trabalho e na catego-

ria). Além do que, aceleraram a mudança da composição da ocupação por setores da economia urbana (entre 1985 e 1992, a participação do emprego na indústria na Grande São Paulo caiu de 33% para 26%, enquanto o comércio aumentava de 14% para 16% e os serviços de 41% para 46%).

Brasil: Produtividade da mão de obra industrial

Ano	Produtividade
1986	-0,1
1987	-0,3
1988	+1,0
1989	+0,8
1990	-3,7
1991	+10,8

Em 1992, a média da taxa de desemprego chegava a 15,2% no pólo da Grande São Paulo (entre as maiores taxas já registradas). E aumentava uma forma perversa de emprego, a chamada terceirização (forma patronal de contratação que busca em geral burlar conquistas e direitos trabalhistas nos setores mais organizados da classe trabalhadora). Veja-se o quadro dessa evolução:

Grande São Paulo: Evolução do emprego terceirizado na indústria (1986=100)

1987	+ 5,65%
1988	+ 12,99%
1989	+ 15,25%
1990	+ 16,95%
1991	+ 26,55%

Frente a uma e outra reestruturação se coloca uma primeira questão: devem ser objeto da ação dos sindicatos cutistas? Não tem sido. Enfrentar a questão significará introduzir novas linhas de trabalho na nossa orientação sindical. Por outro lado, ao não ser objetos da ação sindical raramente são objeto de negociação seja com o governo, seja com os patrões.

Nos ramos e setores

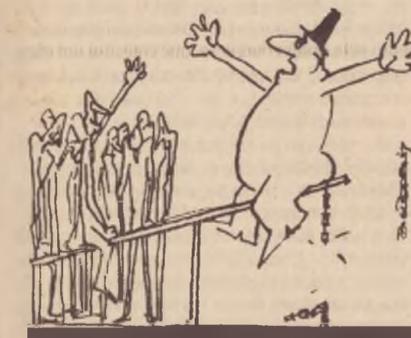
Frente ao fechamento de setores e empresas, o movimento sindical pode responder com três tipos de ações: (1) estatização da empresa; (2) autogestão ou cooperativização; (3) mudar o rumo da reestruturação, evitando o fechamento total ou parcial.

Em tempos recentes não temos exemplos da primeira alternativa (inclusive porque a campanha privatista dificilmente deixaria espaço para tanto). A segunda vem sendo aplicada (Makerli nos sapateiros de Franca, Engesa nos metalúrgicos de SJC, Remington nos metalúrgicos de RJ etc) A terceira tem embasado a intervenção sindical nas câmaras setoriais, sobretudo no caso do sindicato dos metalúrgicos de SBC na câmara da indústria automobilística. Há outras experiências em curso: da construção civil, do ramo químico, de setores agrícolas, da eletrônica etc que devem ser analisadas em suas especificidades.

O âmbito de enfrentamento dessa reestruturação é extra-trabalhista; assim não se coloca "nas campanhas salariais" Envolve negociações com o Estado, já que via de regra qualquer alternativa envolve arrancar alguma concessão do mesmo.

As experiências estão cercadas de riscos: na segunda alternativa, pode-se subordinar as relações entre trabalhadores aos critérios do mercado (que não são de solidariedade mas de disputa e concorrência); na terceira, pode-se desenvolver um "neocorporativismo" ao se ver uma estratégia de enfrentamento da crise que serve apenas para um setor da classe trabalhadora e não incorpora os outros, ou se perder de vista o questionamento global do projeto neoliberal etc.

Mas, nas experiências até aqui desenvolvidas, em nenhum caso tratou-se de uma nova forma de "pacto social" onde os trabalhadores trocassem "emprego x salário", "emprego x não fazer greve", no sentido da "co-responsabilidade" capital-trabalho.



Na segunda alternativa o fundamental é garantir mecanismos democráticos e de socialização dos ganhos entre todos os trabalhadores, assim como de minimização das perdas sob proteção social-estatal; e dispor de estudos caso-a-caso sobre se é possível/viável a empresa ser assumida autogestionariamente (o que nem sempre é possível). Na terceira alternativa é fundamental não abrir mão de salário, emprego nem o recurso à greve durante a vigência de qualquer acordo. Isto é, não "trocar" direitos trabalhistas ou políticos por "crescimento das empresas" etc. Assim como é importante colocar claramente a disputa de projetos que se expressam com os trabalhadores e a comunidade de um lado, e os patrões do outro.

Nas empresas

Nas empresas uma multidão de iniciativas patronais sobre a organização do trabalho vem acontecendo. Para enfrentá-las, nossos sindicatos devem superar uma visão dos trabalhadores apenas enquanto "assalariados" e incorporar a dimensão de "trabalhador-produtor", interessado não só no salário, mas também no que se produz, em como se produz, etc, isto é, no "poder dentro da fábrica".

É desta maneira que poderemos enfrentar afirmativamente a ofensiva patronal montada sobre os eixos "qualidade & produtividade", rejeitando toda produtividade derivada da intensificação do trabalho ou da deterioração das condições salariais e/ou de trabalho, e lutando por subordinar aos interesses dos trabalhadores e da comunidade os processos de aumento da produtividade baseados em novas tecnologias ou reorganização do trabalho que não prejudicam a quem trabalha.

É nossa compreensão que toda organização do trabalho dentro da empresa é também uma disputa política e ideológica entre os patrões e os trabalhadores. Intervir nela é uma linha de ação estratégica. □

Os dados são de publicações do DIEESE.

Telefônicos aprovam cota

MARCELO BRANCO

O IV Congresso Nacional dos Telefônicos reuniu, dos dias 8 a 11 de julho, 230 delegados de 20 estados representando cerca de 70 mil telefônicos.

O clima de disputa que precedeu o congresso apontava para uma dinâmica onde a disputa interna era priorizada frente à disputa de projetos na sociedade. Esta dinâmica era imposta por setores da Articulação identificados com o PDT e por ex-militantes do PCB que dirigem os sindicatos do Rio, Brasília e Rio Grande do Sul.

Foi formada, a partir de uma iniciativa da executiva da FITTEL e de dirigentes do sindicato de Minas, uma comissão de negociação com o objetivo de discutir a proposta de uma chapa unitária em cima de acordos na política do congresso. Cinco eram os pontos polêmicos: a proporcionalidade na tirada de delegados; a proporcionalidade qualificada; a cota de 30% de mulheres na direção; a estrutura vertical; e que não houvesse vetos a nomes na composição da direção.

A comissão de negociações, entretanto, não conseguiu influir muito na dinâmica do congresso. Ela reunia-se a parte enquanto nos grupos e em plenário a discussão seguia seu próprio curso.

A noite de sábado foi aberta com o ponto de mulheres. A Comissão Nacional da Mulher Telefônica organizou a abertura do ponto com a declamação de Maria Maria, de Milton Nascimento, que contagiou a plenária. Foi a plenária que contou com maior número de participantes, antecipando a disputa que viria. Alguns dirigentes do PDT diziam que se fosse aprovada a política de cotas, o



acordo em negociação seria rompido e inviabilizaria a unidade.

As mulheres compraram a briga e o ponto foi para deliberação. De um lado, os homens da corrente majoritária do congresso (Articulação/PDT) defendendo a necessidade de abrir a discussão nas bases antes de aprovar as cotas; de outro, as mulheres da DS, Articulação, PC do B, PST-U e independentes defendendo a aplicação imediata da política. O resultado não podia ser outro: a política de cotas foi aprovada por folgada maioria. Logo em seguida foi aprovada também uma resolução a

favor da discriminação do aborto. É importante destacar que a categoria dos telefônicos é composta por 50% de mulheres e a presença de mulheres no congresso era superior a 25%. O resultado apenas corrige uma distorção presente nas direções que não representavam a realidade da categoria.

A plenária final que deveria discutir estrutura sindical e eleger a nova direção começou muito atrasada, devido a dificuldades no processo de negociação. E pouco antes da plenária reiniciar seus trabalhos, os dirigentes dos sindicatos do Rio, Rio Grande do Sul e Brasília retiraram seus delegados e ensaiaram um "racha". A crise estava instalada; na plenária, os demais delegados da Articulação e da CUT pela Base aguardavam o desfecho do processo.

A saída encontrada foi a convocação de eleições diretas para a FITTEL no primeiro semestre de 1994. Foi eleita por consenso uma direção de transição que encaminhará o processo até a posse da nova direção. Ficou valendo a deliberação da cota de 30% para a direção de transição.

Alguns dirigentes do setor da Articulação vinculados ao PDT que se retiraram da plenária tentaram justificar a sua saída dizendo que a aprovação da cota rompeu o acordo que estava sendo negociado. No entanto, em nenhum momento foi feito acordo com as mulheres do congresso e sim uma tentativa de acordo entre as correntes políticas (que só tinham homens negociando) sobre um tema que estava em disputa dentro de todas as correntes do encontro. Esta visão subordina o trabalho de mulheres a uma "permissão" dos homens dirigentes das correntes políticas! □

Marcelo Branco é da oposição dos telefônicos do RS

Um exemplo de resistência

Uma corrupção nacional à luz do sol. Uma empresa que vale um bilhão e meio de dólares, foi vendida por duzentos e dez milhões de dólares (quase tudo moeda podre). Se não bastasse a corrupção, vendeu-se uma empresa de um setor estratégico do país: produção de fertilizantes. Enquanto no mundo inteiro, mais de 70% da produção de fertilizantes é ligada ao Estado, aqui buscam entregar às multinacionais aquilo que influencia diretamente a alimentação de nosso povo (enquanto o governo fala de combate à fome...).

Mas, os 650 funcionários da Ultrafertil em Araucária-PR, liderados pelo Sindiquímica, fizeram a sua parte. Conseguiram adiar por três vezes o processo de privatização, graças às articulações políticas em Brasília e à resistência dos trabalhadores na fábrica.

Infelizmente não foi possível segurar mais, pois dia 24 de junho foi realizado o leilão e bastou menos de quatro minutos para que a Ultrafertil fosse literalmente roubada do país. Os trabalhadores ocuparam a empresa e resistiram por uma semana ainda após a privatização, apesar da verdadeira guerra

psicológica deflagrada tanto pelo Judiciário que determinava que o Exército tomasse conta da empresa, como pela direção da mesma e o governo federal que tentavam evitar que a ocupação se tornasse uma questão nacional.

A brava resistência dos trabalhadores mostrou que é possível, com ação organizada, denunciar o cambalacho que se faz nas privatizações. Para isso contou com a firme solidariedade de companheiros petroquímicos do Nordeste, assim como com a presença de personalidades da esquerda.

Devemos tirar algumas lições deste processo de luta e resistência que começou dois anos atrás. A determinação dos trabalhadores e da direção do sindicato de não dar trégua à política neoliberal, foi fundamental para apontar saídas no enfrentamento das privatizações. Trata-se da primeira experiência de resistência prolongada de massas e politicamente articulada desde o início do ofensiva neoliberal sobre as estatais.

Mas mostrou também a debilidade da CUT, que ao não elaborar uma política global contra o processo de privatizações das estatais,

não enfrenta efetivamente a política neoliberal. Tendo perdido o bonde da história, a ação da CUT ficou restrita à presença em atos, quando os fatos já estavam consumados.

Ainda sob o governo Collor, a CUT poderia ter dado a prioridade ao debate com a sociedade sobre as estatais, mostrando o que significa para a Nação a privatização de setores estratégicos. Não se trata de defender interesses específicos, corporativos, mas de defender a soberania nacional, o patrimônio do nosso povo, e a perspectiva de um projeto democrático e popular para o país. Ao contrário do que certa esquerda desnortada afirma, não é a luta contra as privatizações a que expressa o corporativismo sindical, mas a omissão frente as privatizações que mostra que a ação sindical está rebaixada ao puro economicismo despolitizado.

Devemos repensar nossas políticas, sim, mas com o eixo claro do combate ao projeto neoliberal e colocando com nosso projeto uma defesa intransigente dos interesses do povo.

Ivo Petry é membro da direção da CUT/PR

EM TEMPO:

ASSINATURA ANUAL (10 edições).....CR\$ 700.000,00

Nome:.....

Endereço:.....

Cidade:..... Telefone:..... Cep:.....

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal a Carlos Henrique Árabe. Rua Brigadeiro Galvão, 138 Barra Funda São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel. 665550

Programa das maiorias nacionais



WLADIMIR POMAR

Durante o processo preparatório do 8º Encontro, Wladimir Pomar (coordenador-geral da campanha Lula em 1989) escreveu o texto *Alguns desafios do PT. Publicamos a seguir um dos capítulos do texto. A edição é nossa e não foi submetida ao autor.*

A campanha de 1989 forneceu ao PT uma valiosa experiência no processo de elaboração de seu Programa de Ação de Governo, de que devemos resgatar o método democrático de elaboração e uma série de itens importantes que apontavam para a solução da crise. Hoje, podemos afirmar a necessidade de elaborar um programa de governo não somente para ganhar as eleições, mas fundamentalmente para tirar o Brasil da crise, para acabar com a fome e com a miséria, para criar uma nova perspectiva para nosso povo.

Bases sociais e adversários

Entre os pressupostos que convém resgatar com mais força, destaca-se a necessidade de tomar o programa como base para as alianças. Nosso programa deve preocupar-se com a necessidade de manter uma ampla base de apoio social e político para as mudanças e medidas que pretende implantar.

Nesse sentido, o programa deve atender, prioritariamente, às aspirações dos segmentos sociais que constituem a esmagadora maioria da população: os trabalhadores, os marginalizados, as classes médias e os pequenos e médios empresários. É essencial que a ação do governo democrático e popular esteja voltada para manter esses setores como sua base fundamental de sustentação. Ou, de um ponto de vista negativo, o programa deveria evitar atingir interesses - mesmo que corporativistas - daqueles setores e segmentos.

Nosso programa deveria centrar fogo em romper os privilégios e atacar os interesses dos que detêm a chave para a solução dos problemas mais agudos da sociedade brasileira: os oligopólios, cartéis, latifúndios e conglomerados financeiros. Foram eles que imprimiram ao Brasil a modernização conservadora que resultou na enorme dívida externa de mais de 100 bilhões de dólares, no crescimento desmesurado do Estado e de sua dívida interna, na expropriação desenfreada de milhões de pequenos e médios agricultores e sua transformação em mais de 30 milhões de indigentes urbanos. É fundamentalmente a eles que se deve o fracasso de praticamente todos os programas anti-inflacionários, a elevação constante do custo de vida, as pressões sobre o Estado para a obtenção de privilégios fiscais e outros, a obtenção de lucros extraordinários, independentemente da crise inflacionária e/ou recessiva, a concentração cada vez mais intensa de capital e das terras.

Evidentemente, a maioria dos empresários não se enquadra no grupo dos oligopólios, cartéis, latifúndios e conglomerados financeiros. Devemos tentar neutralizar ou ganhar uma parte dessa maioria para o programa democrático popular. Mas devemos deixar claro que a crise brasileira não poderá ser superada se os privilégios dos oligopólios, dos latifúndios e dos conglomerados financeiros não forem rompidos. Estes setores, por mais minoritários que sejam, possuem poder econômico e político e influenciam a opinião pública. E vão resistir ao máximo, sabotar a ação do governo. O mesmo, aliás, que fizeram toda vez que seus privilégios foram ameaçados, mesmo de leve.

É ilusão supor uma união nacional para tirar o país da crise, com a adesão de todo o empresariado a um governo democrático popular; do mesmo modo que seria estreiteza política considerar que todo o empresariado se colocará contra nosso governo. É correto buscar o apoio de uma parte do empresariado, mas não se pode perder de vista que teremos que nos chocar justamente contra a parte dominante. Nessas condições, a busca de apoio deverá ser transparente, de tal modo que a maioria dos setores sociais que pretendemos representar e beneficiar não se confunda com as nossas ações junto aos empresários. Embora toda e qualquer mudança deva estar embasada em certa viabilidade técnica, é no campo político que elas podem ser realmente resolvidas. E, nesse campo, as conquistas democráticas e populares só são efetivadas quando

contam com a mobilização de milhões de interessados em sua execução. O que, por sua vez, só é possível se houver clareza dos inimigos e dos motivos contra os quais esses milhões devem mobilizar-se.

Tirar o país da crise

As grandes massas da população devem identificar, em Lula e no programa de governo, suas aspirações e expectativas. Ao mesmo tempo, devemos nos comprometer com as mudanças que são politicamente capazes de efetivação. Algumas destas medidas merecem destaque: por exemplo, a democracia. As mudanças que almejamos só poderão ser concretizadas se os direitos democráticos forem ampliados, se a população tiver condições de se mobilizar e pressionar efetivamente e se as instituições sociais e políticas forem permeáveis à pressão popular. A bandeira democrática não é nem pode ser, assim, uma simples declaração de intenções ou algo secundário em nosso programa.

Não menos verdadeiro é o fato de que a maioria da população só se mobilizará se sentir que o governo democrático popular está adotando medidas eficazes para resolver os problemas da fome, do emprego, do custo de vida e do bem-estar da população. A burguesia, em geral, defende o ponto de vista de que primeiro é preciso resolver o problema da inflação, fazer a renda global crescer e aumentar a eficiência da economia para, só então, resolver os demais problemas.

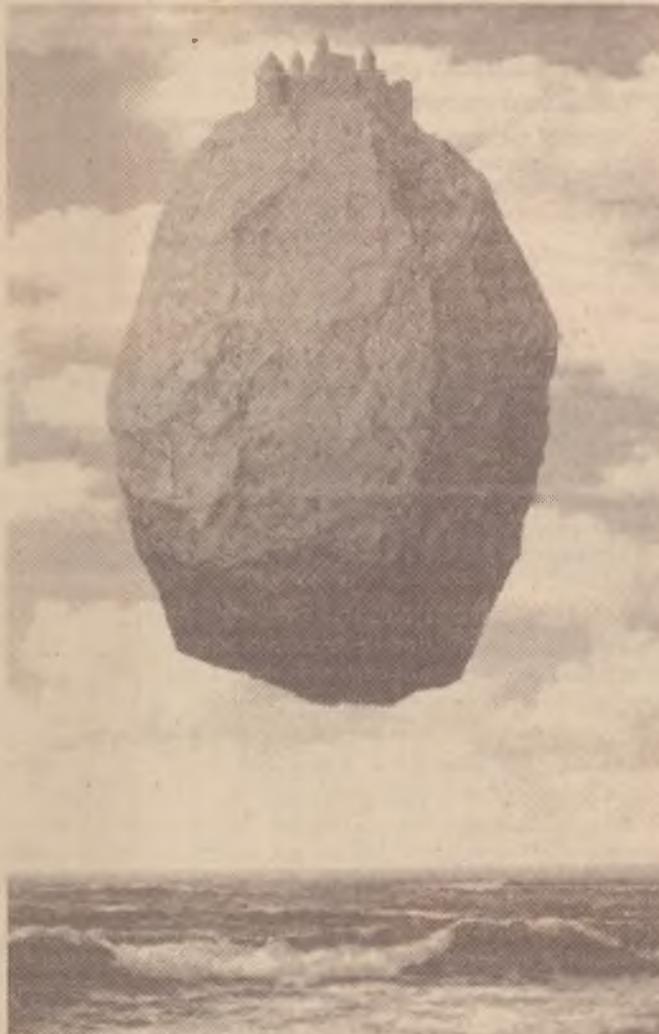
É certo que hoje, além da miséria, desemprego, produtos caros e outras mazelas que infernizam a vida da população, temos que enfrentar também as consequências da inflação, a ineficiência tecnológica e a estagnação da renda global. Entretanto, nossa própria história já demonstrou que a burguesia é capaz de controlar a inflação, elevar a eficiência tecnológica e fazer crescer o PIB, sem mudar em nada a situação de fome e desemprego, por exemplo. Ao contrário, pode até piorá-la. Por isso, nossas medidas para dar solução a tais problemas não podem ter a mesma natureza das medidas propostas pela burguesia, mesmo que no horizonte imediato das mudanças que propomos não esteja a desapropriação dos capitalistas.

A lógica das medidas previstas em nosso programa deve consistir em atacar as causas da miséria e da inflação. Assim, por exemplo, se adotarmos uma série de medidas articuladas para elevar a produção, particularmente a produção agrícola e a produção de bens de consumo de massa, ampliando o mercado produtor e o mercado consumidor, estaremos avançando no caminho para romper com os oligopólios, baratear o custo de vida, ampliar a oferta de emprego, debelar a inflação e diminuir a miséria.

Questão agrária e consumo

Essas medidas dizem respeito, principalmente: a realização da reforma agrária (acesso de mais de 10 milhões de lavradores

O programa deve atender prioritariamente as maiorias nacionais, a base fundamental de sustentação do governo democrático e popular.



René Magritte: *O castelo dos Pirineus*, 1959

É ilusão supor uma união nacional para tirar o país da crise com a adesão do empresariado.

Mas seria estreiteza política considerar que todo o empresariado se colocará contra nosso governo.

à terra e à produção); a realização de uma verdadeira reforma agrícola (duplicar ou triplicar, num espaço de tempo relativamente curto, a produção agrícola, em particular a produção de grãos); e o estímulo à economia informal (liberando-a dos encargos legais e fiscais por um par de anos e ajudando-a a expandir-se como grande absorvedor de mão-de-obra e produtora de bens de consumo de massa baratos).

Pode-se alegar que tais medidas são de natureza capitalista, que o capitalismo pode adotá-las e que elas não garantem que se rompa o domínio dos oligopólios sobre a economia e a sociedade brasileiras. Em parte isso é verdadeiro. A rigor, a reforma agrária visa ampliar o número de proprietários individuais da terra, é uma reforma capitalista democrática. Entretanto, no Brasil só pode ser realizada se pelo menos os latifúndios improdutivos forem desmembrados. Teoricamente, o aumento da produção também poderia ser realizado pelos atuais capitalistas agrários. Eles detêm quase todas as terras, principalmente as mais férteis. Possuem uma base técnica considerável, vivendo um intenso processo de verticalização agro-industrial. Têm acesso a financiamentos com juros subsidiados dos bancos oficiais e são os maiores beneficiários da rede de assistência técnica governamental e particular. Apesar disso tudo, a produção agrícola brasileira não consegue, há vários anos, superar a casa dos 70 milhões de toneladas.

A maior parte das terras agriculturáveis serve somente como reserva de valor. Grande parte dos financiamentos é desviada. A produção comercial está quase inteiramente voltada para o mercado externo. A parte que sobra para o mercado interno é cara, elevando o custo da força de trabalho. Tão ou mais grave do que o monopólio da terra, é o oligopólio exercido por algumas poucas empresas gigantescas sobre a comercialização agrícola. Nessas condições, são essas empresas que determinam o quê e quanto produzir, assim como os preços. Para reverter essa situação, é necessário liquidar, em primeiro lugar, o monopólio da terra, através da desapropriação das terras agriculturáveis não utilizadas ou improdutivas. Isso dará condições de acesso à terra a milhões de pequenos e médios lavradores, causando uma verdadeira reviravolta na produção de alimentos para o mercado interno. Desde que, é lógico, haja financiamento, assistência técnica e garantia de preços a esses pequenos e médios agricultores, ajudando a

modificar o perfil da produção agrícola e dos preços dos alimentos, contribuindo de forma decisiva para a retomada do crescimento de toda a economia. Mas é preciso, também, manter e ampliar a atual base técnica de produtos de exportação, aumentando a participação do Brasil no mercado mundial.

É lógico que esses resultados não poderão ser alcançados se permanecer o atual sistema oligopolizado de comercialização. Será imprescindível detonar esse sistema, combinando meios econômicos e administrativos comandados pelo Estado. Este deve capacitar-se para adquirir a produção dos pequenos e médios lavradores e utilizá-la como estoque regulador para impedir a especulação e os preços de oligopólio. Além dessa ação no terreno econômico, os oligopólios devem ser enquadrados numa legislação dura contra o abuso de poder econômico.

Setor informal

Idêntico tipo de observação cabe para a economia informal, responsável atualmente por uma parcela considerável de empregos, pela produção de grande parte dos artigos de consumo de massa e pela comercialização de uma gama considerável de mercadorias a preços mais baixos que os do mercado formal. Produz e comercializa, entretanto, na clandestinidade ou semi-clandestinidade, vivendo à mercê de máfias "protetoras" formadas por policiais, fiscais do governo e outros elementos do submundo social. Não são poucos os médios e grandes comerciantes que se aproveitam da economia informal para sonegar impostos e elevar seus lucros. Os pequenos e médios capitalistas que estão mergulhados nesse tipo de economia, por outro lado, aproveitam-se de sua situação irregular para explorar impiedosamente sua mão-de-obra, que não tem carteira assinada, recebe salários inferiores e não goza de qualquer tipo de direitos garantidos ao trabalhador.

Liberar a economia informal brasileira de encargos legais e fiscais por um certo período, estimulando a sua expansão, poderia elevar substancialmente a taxa de empregos, a produção e a comercialização de bens de consumo de massa a custos menores. Atuando economicamente através de financiamentos, assistência técnica, incentivos fiscais e mecanismos para facilitar a parceria de micros e pequenas empresas com médias e grandes empresas, o Estado poderia estimular a legalização dos diferentes segmentos da economia informal e garantir os direitos adquiridos dos trabalhadores.

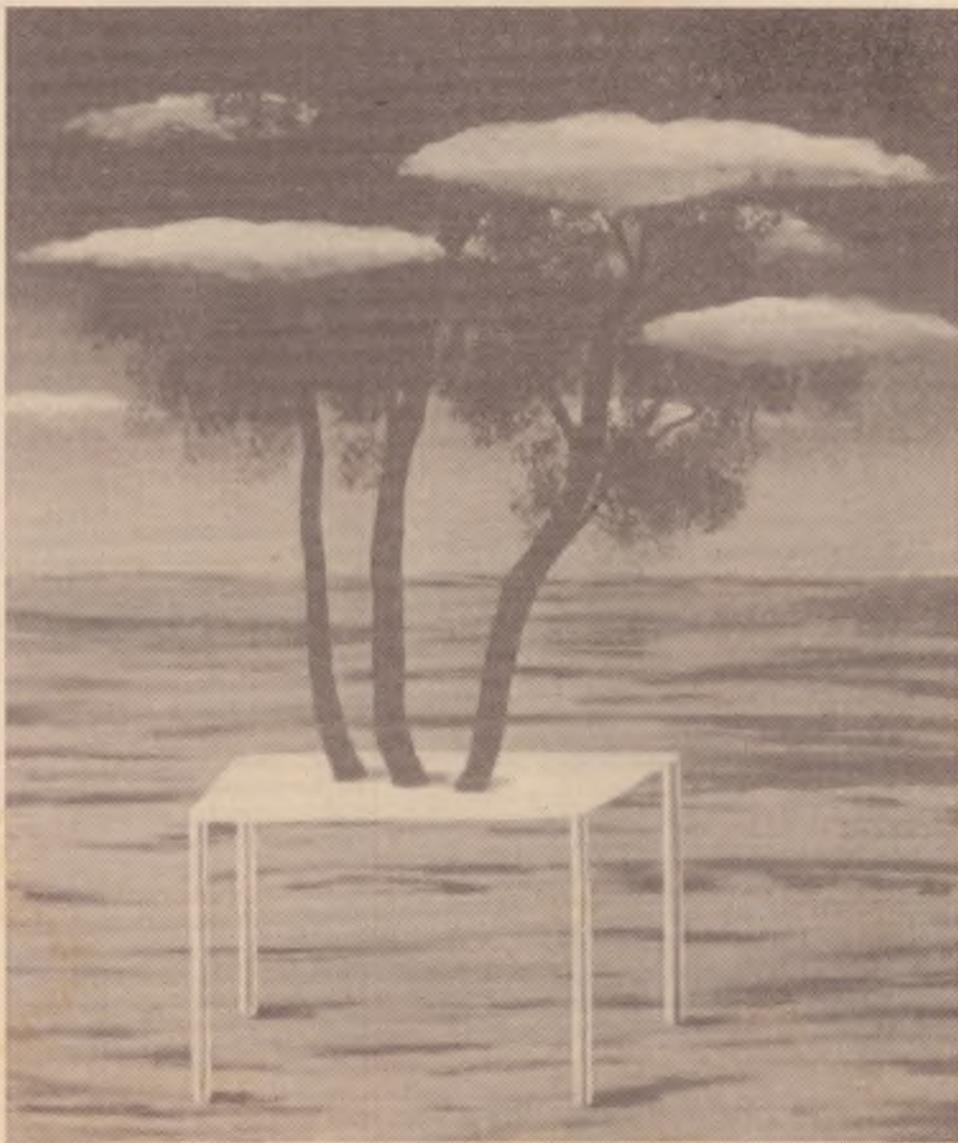
Com reformas desse tipo, a inflação deixa de ser atacada pela ótica exclusiva da moeda (déficit, juros, reservas etc) e passa a ser combatida a partir da ampliação dos mercados produtor e consumidor. Evidentemente, será indispensável acompanhar essa ampliação com adequadas políticas tributária, cambial e de juros e manter os gastos governamentais dentro de parâmetros que impeçam desequilíbrios orçamentários. Porém, ao contrário das tentativas de solucionar a inflação por meio de medidas recessivas, com reformas desse tipo o país abre as comportas para elevar a produção de artigos que são marginais na atual matriz produtiva nacional, mas essenciais para a vida da grande maioria da população. Se formos capazes de conter a ação dos oligopólios, estaremos criando as condições não só para reduzir o desemprego, baixar o custo de vida e golpear a inflação, mas também para iniciar um novo processo de crescimento econômico sustentado.

O papel do Estado.

O Estado brasileiro tomou-se um monstro deformado porque foi adaptado pelas classes dominantes para dar-lhes o suporte que necessitavam para realizar a industrialização. O estatismo brasileiro só em parte é fruto das lutas do povo e da esquerda, como é o caso da Petrobrás. Na maioria dos casos, obedeceu à lógica da privatização da máquina estatal por grandes grupos econômicos. O Estado brasileiro ergueu a infraestrutura necessária ao desenvolvimento capitalista e foi obrigado, durante muito tempo, a injetar recursos em empresas privadas.

A privatização do Estado brasileiro permitiu à burguesia concentrar riquezas incomensuráveis, enquanto levava esse mesmo Estado à falência. O atual processo de privatização é uma continuidade, com sinais trocados, da privatização anterior. A burguesia brasileira procura aproveitar-se da incontestada necessidade de reformar o Estado e redefinir o seu papel em relação a economia e as questões sociais, para redesenhar a situação do Brasil na economia mundial, tendo como moeda de barganha o patrimônio público em processo de alienação.

O Estado brasileiro precisa ser reformado, desprivatizado, tanto no sentido de deixar de ser um cartório de grandes grupos econômicos, quanto no sentido de que precisa se livrar de uma



René Magritte: O oásis, 1925 - 1927

série de empresas e negócios que lhe foram impostos pela burguesia e que lhe dão prejuízo ou não são estrategicamente importantes. O Estado pode e deve ser proprietário de setores econômica e militarmente importantes (fibras óticas, indústria espacial, robótica etc), de forma total ou em parceria com cooperativas ou com o capital privado. Por outro lado, empresas e negócios não estratégicos poderiam ser vendidos.

A reforma democrática popular do Estado brasileiro, incluindo processos de alienação ou privatização de parte de seu patrimônio, deve ser de natureza diferente do atual programa de privatização. Queremos revitalizar o Estado como instrumento eficiente de regulação econômica; um processo transparente de privatização, colocando a nu os mecanismos de aproveitamento do Estado pelos diversos cartórios privados; um amplo debate sobre os projetos de alienação ou privatização de estatais, incluindo sua importância estratégica, seus valores, a destinação dos recursos obtidos e outras questões correlatas.

Afora isso, o Estado brasileiro precisa abrir-se a um controle social mais intenso, seja democratizando a participação dos funcionários e da sociedade na gestão das estatais (e na sua privatização), seja estimulando a criação de mecanismos de controle da sociedade civil sobre o conjunto dos órgãos do Estado. Somente dessa forma o Estado poderá estimular, em contrapartida, o controle social sobre as atividades privadas, melhorando a eficiência de seus mecanismos de fiscalização e combatendo suas tendências burocráticas.

Concentrando suas atividades econômicas nos setores estratégicos, o Estado poderá dedicar-se mais racionalmente a realizar um planejamento macroeconômico e macrossocial que leve em conta as condições reais do país e a necessidade de combinar o desenvolvimento tecnológico de ponta, poupador de mão-de-obra, com tecnologias que permitam combater o desemprego. Isto porque, por mais que o Estado possa recuperar sua capacidade de investir em educação, saúde, saneamento básico e em outras áreas sociais, isso de pouco adiantará se a maior parte da população continuar alijada da vida econômica e desprovida das condições mínimas de cidadania.

Inserção soberana

As reformas agrária e agrícola e a liberação da economia informal poderão desempenhar um importante papel no combate ao desemprego. Mas elas não resolvem o problema do desenvolvimento tecnológico nem da competição internacional. Precisamos ter em conta que, hoje, nenhum país consegue se desenvolver de forma sustentada, se se fechar em si, autarquicamente. É fundamental estar inserido na economia mundial, aproveitar os aportes tecnológicos feitos por outros países e combiná-los com o próprio esforço para não permanecer atrasado. Essa inserção contém riscos de toda ordem. Mas sem ela, aumentará o fosso tecnológico que nos separa dos países desenvolvidos; teremos dificuldades em ampliar as exportações, enfrentaremos distorções crescentes nos preços praticados aqui em relação aos dos países mais avançados e nos arriscamos a mergulhar no funil da escassez.

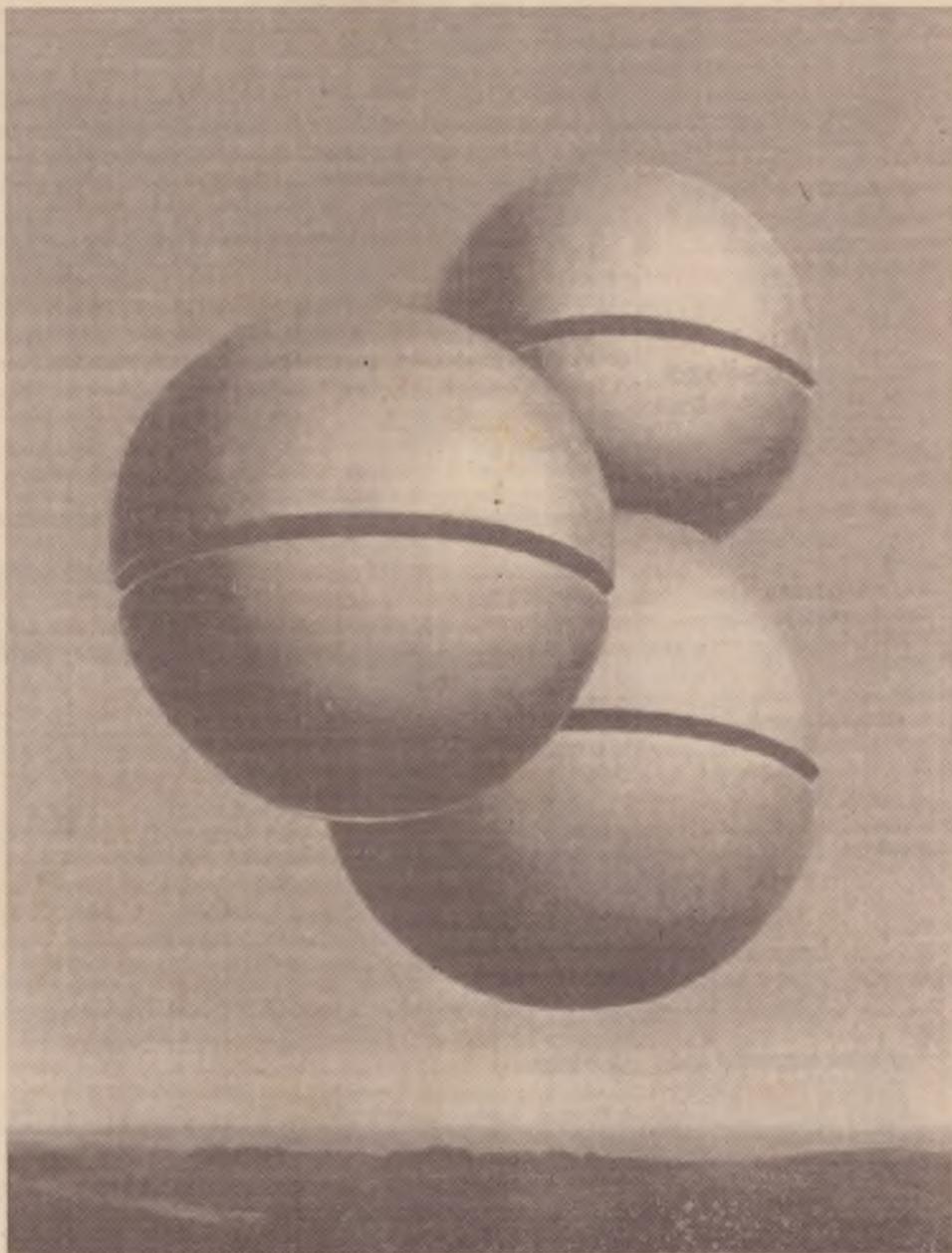
Para nos inserirmos soberanamente na economia mundial, o Brasil precisará combinar uma boa dose de abertura ao exterior - o que inclui a possibilidade de investimentos estrangeiros de risco no país e a importação de tecnologias de ponta - com uma política de estímulo aos ramos estratégicos da economia nacional, o que compreende a conformação de uma indústria e de serviços capazes de competir em eficiência e preços no mercado internacional.

Um dos maiores desafios colocados pelo processo de globalização da economia está em participar da corrida tecnológica de forma soberana, escapando do círculo perverso da modernização neoliberal, que só avança às custas da progressiva marginalização da força de trabalho. Com as possibilidades de expansão da pequena economia agrícola, da economia informal etc, poderemos evitar por um largo período aquela marginalização, ao mesmo tempo que incentivamos o desenvolvimento tecnológico. Mas teremos que criar as condições para um amplo programa de redução da jornada de trabalho, que impeça o desemprego massivo.

A discussão dessas diretrizes, que podem efetivamente tirar o Brasil da crise e eliminar a miséria, devem resultar no programa de ação do governo Lula. Não se pode esquecer que esse programa deve conter, ainda, uma forte carga de simbolismo para a maioria da população; deve criar uma vontade e uma coesão nacionais de tal ordem, que sejam capazes não só de garantir a vitória eleitoral, como também permitir as condições políticas para sua execução.

Relação com o socialismo

Mentiríamos para nós mesmos se caíssemos na ilusão de que a conquista do governo, através da eleição de Lula, representará o início da construção do socialismo. No governo, o PT terá que colocar em prática as conquistas democráticas e sociais, ampliar ao máximo a cidadania, fazer experiências bem sucedidas de apropriação social através da democratização das estatais e do apoio a empresas associativas e cooperativas, romper o domínio do monopólio da terra e dos oligopólios e criar novos mecanismos de redistribuição da renda, que conduzam à eliminação da miséria e das desigualdades mais gritantes.



René Magritte: *La veu dels vents*, 1928

Levar à prática o programa democrático popular e alcançar esses objetivos pode não representar ainda a construção efetiva do socialismo. Mas constituirá um avanço nesse rumo, particularmente se as conquistas forem efetivadas através de poderosas mobilizações sociais que levem o povo brasileiro a descobrir as vantagens do socialismo sobre o capitalismo.

O desencadeamento de um processo de rupturas no esquema de dominação da sociedade brasileira, a partir da vitória eleitoral da esquerda, pode ser um novo caminho na busca de uma sociedade mais justa e menos desigual. É lógico que a possibilidade de trilharmos esse caminho vai depender, em grande medida, também das atuais classes dominantes, de sua predisposição para ceder parte considerável de seus privilégios e acatar as regras democráticas que até então louvavam no discurso, mas desprezavam e transgrediam na prática.

Pode não ser um caminho linear e isento de perigos (se é que pode haver caminhos lineares e isentos de perigo), mas é certamente um desafio instigante, especialmente nesse momento histórico em que há quem proclame a inviabilidade do projeto socialista. Se o povo brasileiro estiver disposto a tentá-lo com a vitória de Lula, por que deixar de correr o risco e enfrentar o desafio? □

É fundamental estar inserido na economia mundial, aproveitar os aportes tecnológicos feitos por outros países.

Política externa brasileira

A concretização de um projeto democrático e popular como programa de governo tem na definição da política externa do Brasil um de seus pontos mais espinhosos. Dispondo de uma certa autonomia frente ao que é a visão de internacionalismo socialista de um partido como o PT, a política externa de um governo democrático e popular terá que enfrentar-se com a ordem internacional posta, as mudanças nela em curso e os compromissos já estabelecidos pelo país.

Os recentes conflitos entre Itamar e os embaixadores do chamado "circuito Elisabeth Arden" (as capitais dos principais países imperialistas) trouxeram o Itamaraty para as páginas dos grandes jornais. Mas este não é, certamente, o ponto de política externa brasileira que deve merecer a nossa atenção. Porque está em curso hoje um intenso debate sobre o lugar que o país deve ocupar no mundo contemporâneo. Ele é travado no seio da burguesia, em altas esferas do governo

e da burocracia do Itamaraty e em publicações especializadas e jornais empresariais.

Neste discussão, o tema dos alinhamentos político-econômicos é decisivo. Em torno das opções de uma relação bilateral privilegiada com os EUA e o NAFTA, de um lado, e de uma posição de defesa do multilateralismo através de relações abertas com os vários pólos internacionais, de outro, estão se expressando interesses poderosos e projetos de fôlego.

É importante ter em vista que esta discussão está sendo organizada por um setor da alta burocracia estatal que, com outros segmentos, ainda não encontrou um substituto para o projeto do "Brasil Potência" dos anos 70. Além disso, que os conflitos dos EUA com o Brasil tem aumentado no último período. Os Estados Unidos estão desenvolvendo diversas iniciativas político-militares junto aos países da região amazônica, penetrando naquilo que os militares brasileiros consideram nosso "espaço político". Isso parece ser um dos impulsos para o lançamento da "Iniciativa para a

Amazônia", que vem sendo chamada de "Mercosul-norte". De outro lado, as FFAAs brasileiras apresentaram no 1º Simpósio de Exércitos do Cone Sul, realizado o mês passado em Buenos Aires, a proposta de uma aliança militar do Cone Sul, com a constituição de forças armadas multinacionais (que militares argentinos consideraram "ainda prematuras").

Oferecemos aos leitores um pequeno dossiê sobre o tema, composto do relatório de um seminário do Itamaraty sobre as relações entre o Mercosul e o NAFTA e extratos de declarações representativas das posições em debate sobre a política externa do país. A posição dominante no Ministério das Relações Exteriores foi bem expressa pelo então chanceler Fernando Henrique Cardoso, escrita em abril e é reproduzida abaixo. Em nosso próximo número, publicaremos um artigo de Miguel Rossetto, responsável da CUT pelo Mercosul sobre o tema.

José Corrêa

Mercosul-NAFTA: perspectivas de relacionamento

Realizou-se no Palácio do Itamaraty, no dia 10 de dezembro, o seminário sobre "Perspectivas de relacionamento Mercosul/NAFTA", organizado pela Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração Econômica e de Comércio Exterior, do Departamento de Integração Latino-Americana do Ministério das Relações Exteriores. O evento visou discutir a conveniência da participação do Brasil e/ou Mercosul em eventual Área Hemisférica de Livre Comércio (AHLIC), no contexto da Iniciativa para as Américas (IPA) ou de ampliação do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). Participaram representantes de órgãos governamentais, parlamentares (os deputados Nelson Proença e Aloizio Mercadante), intelectuais e empresários.

Em linhas gerais, e correndo o risco natural de simplificação excessiva, puderam ser identificadas duas correntes básicas sobre o assunto: a) ceticismo e/ou oposição quanto à conveniência de participação do Brasil em AHLIC; b) interesse em explorar concretamente, desde já, a possibilidade de aproximação entre o Brasil e/ou Mercosul com o NAFTA e/ou EUA. Entre os representantes da primeira corrente, destacaram-se os embaixadores Paulo Nogueira Batista e Clodoaldo Hugueney. Entre os representantes da segunda, o ex-ministro Luis Carlos Bresser Pereira e Pedro Motta Veiga (e, com importantes qualificações, Winston Fritsch).

Contra a aproximação

Sempre de forma simplificada, cabe ressaltar argumentos que permearam as intervenções dos debatedores mais céticos quanto à conveniência de eventual adesão ao NAFTA:

- a) De um ponto de vista político, a participação em eventual AHLIC representaria séria limitação à capacidade de

atuação internacional do Brasil. O processo de criação de eventual AHLIC ameaça, inclusive, colocar o Brasil em posição de isolamento na América do Sul. Por esse motivo, caberia promover pólo alternativo de integração na América do Sul (na expressão de um dos participantes, "promover processo alternativo de atração em direção à América do Sul e ao Brasil"). A integração ao NAFTA tenderia a reduzir os espaços de manobra da diplomacia brasileira na América Latina.

b) O Brasil perderia a capacidade de adotar políticas autônomas para setores sensíveis de sua economia, como por exemplo investimentos estrangeiros, serviços, propriedade intelectual, entre outros. Para os EUA, o tema da AHLIC está intimamente associado ao encaminhamento de seus interesses quanto aos chamados "novos temas".

c) A tendência em si negativa de formação de blocos econômicos não seria, ainda, predominante em relação ao multilateralismo. O Brasil não deveria participar de iniciativas que contribuam para enfraquecer o multilateralismo, que continua a ser o interesse primordial de nossa diplomacia econômica.

d) Diante da estrutura geográfica diversificada de nosso comércio exterior, interessaria ao Brasil preservar sua área de manobra, evitando vincular-se de forma preferencial a uma única região econômica.

e) Áreas de livre comércio fazem mais sentido entre países geograficamente contíguos e/ou para países "periféricos" (no sentido de que concentram em uma única região, ou um único país, a maior parte de seus fluxos econômico-comerciais).

f) O NAFTA, mais do que uma área de livre comércio, representa a criação de um espaço econômico comum, com regras harmonizadas em setores como serviços, propriedade intelectual, compras governamentais etc. Esse conceito de integração não seria aplicável a outros países além do Canadá e do México. O caso do México teria, ainda, a particularidade de envolver interesses políticos bastante específicos (em especial, a imigração).

g) A discussão sobre eventual aproximação Mercosul-NAFTA seria prematura na medida em que é altamente duvidosa a intenção real da administração Clinton de levar a adiante a Iniciativa para as Américas. Mesmo sob o governo Bush, a IPA teria permanecido basicamente uma intensão retórica, criada para justificar perante a América Latina a iniciativa de incluir o México no NAFTA.

h) Discutir a aproximação Mercosul-NAFTA envolve defi-

Há duas correntes básicas: a) ceticismo e oposição à participação do Brasil na AHLIC; b) interesse na aproximação Brasil e EUA.





nições sobre o próprio modelo de desenvolvimento que se deseja adotar para o Brasil. A adesão ao NAFTA seria vantajosa para exportadores, mas afetaria negativamente determinados setores produtivos. Uma decisão nesse sentido poderia ser, inclusive, “estopim” de explosão nacionalista.

i) Parecem questionáveis as projeções de que eventual AHLC provocaria aumento do fluxo de investimentos diretos na América Latina. Para o Brasil, o fator essencial em termos de capacidade de atração de investimentos será sua própria estabilização econômica.

j) O debate sobre a inserção internacional do Brasil estaria mal colocado. Apesar do argumento de que o país está à margem dos fluxos internacionais de comércio e investimentos, os problemas atuais decorreriam justamente do nível de inserção internacional do Brasil (dívida externa, crise do petróleo). Hoje, a inserção proposta seria a aceitação do Consenso de Washington.

l) Seria irreal partir do pressuposto de que uma eventual adesão ao NAFTA poderia contribuir decisivamente para o encaminhamento do ajuste interno brasileiro.

Favoráveis a aproximação

Os participantes do seminário favoráveis a uma reação positiva do Brasil em relação a uma eventual AHLC ressaltaram os seguintes aspectos:

a) Não se coloca em dúvida a avaliação de que o multilateralismo deva permanecer como a escolha preferencial de nossa diplomacia econômica. No entanto, a opção por uma iniciativa de caráter regional não significaria “conflito de morte” com o multilateralismo. Ambas as tendências podem conviver. O multilateralismo é necessário, mas também é necessário adequar-se de forma realista às tendências de regionalização.

b) De resto, o Brasil poderá não ter liberdade de opção entre multilateralismo e regionalismo. O país deverá levar em consideração que um número significativo de países latino-americanos com graus diferentes de prioridade já fez opção pelo NAFTA (Chile, Venezuela, Colômbia, Argentina).

c) Não se justifica a atitude brasileira, desde o lançamento da IPA, de colocar em dúvida a intenção norte-americana de criação de AHLC. Essa atitude encobriria, na verdade, sentido de imobilismo. Hoje, está claro que os EUA têm interesse pelo assunto, mesmo que não seja prioritário no contexto de sua política comercial. De resto, o próprio NAFTA decorreu em grande medida de iniciativa mexicana.

d) A necessidade de harmonização de políticas econômicas não seria, em si, negativa. O avanço da política de liberalização comercial, a queda da inflação e a estabilização das taxas cambiais, por exemplo, são metas a serem perseguidas com ou sem a participação em AHLC.

e) A liberalização comercial decorrente de eventual adesão ao NAFTA não teria efeitos prejudiciais sobre a indústria brasileira, desde que realizada com *timing* adequado e no contexto de política cambial correta. Neste contexto, lembrou-se que os graves problemas gerados pela política econômica de Martínez de Hoz na Argentina derivaram da sobrevalorização do peso, e não da abertura comercial.

f) A participação do Brasil em eventual AHLC não teria efeitos de curto e médio prazo para a economia brasileira. Mesmo que fosse tomada hoje decisão favorável ao início de conversações sobre o assunto com os EUA e/ou o NAFTA, a negociação levaria anos. O que se espera do governo brasileiro, agora, é a definição de um gesto que confirme nosso interesse em discutir participação em AHLC, bem como o início de definição de posições para eventual negociação.

g) A simples realização de um gesto positivo quanto à AHLC poderia tranquilizar a Argentina, criar clima positivo para negociações comerciais bilaterais com os EUA, neutralizar impactos negativos do NAFTA e contribuir para fixar, segundo nossos interesses, foro e *timing* de eventual processo de negociação.

Brasil x EUA: relação difícil

Fernando Henrique Cardoso: “O Brasil é um global trader. Em números aproximados, nosso comércio está assim distribuído: Comunidade Européia, 27%; EUA, 21%; América Latina, 21%; Ásia, 14%. Há, portanto, uma diversificação de parceiros. Por isso, não podemos nos prender a esquemas rígidos de comércio. Para nós a melhor opção é o fortalecimento do sistema multilateral de comércio com a conclusão satisfatória da Rodada Uruguai do GATT. É verdade que, individualmente, os EUA são o principal parceiro. Mas uma integração privilegiada com eles seria inviável, dado o próprio dinamismo e a própria vitalidade das nossas exportações para o mercado norte-americano, onde enfrentam não raro muitas restrições, como no caso dos produtos siderúrgicos. Os EUA não abrem o seu mercado para o Brasil. A Iniciativa Bush não passou de um discurso de um ex-presidente, o NAFTA apenas dá seus primeiros passos, e a administração Clinton, depois de um silêncio de alguns meses, esboça agora a idéia de uma nova parceria no hemisfério. Não é o Brasil que tem as chaves das portas do mercado da América do Norte, até agora restrito, na América Latina, ao México. Outros países da América Latina, como o Chile, que até há pouco pareciam ansiosos por aderir ao NAFTA, demonstram estar convencidos de que não se trata de um processo simples ou sujeito à mera vontade de participação. Para o Brasil, a prioridade é pois a consolidação do Mercosul, que é não só o âmbito de integração realizável no curto prazo, mas também a plataforma a partir da qual reforçaremos a nossa articulação com outros centros da economia internacional”.

Fernando Henrique Cardoso - Política externa: fatos e perspectivas. **Política externa**. vol. 2. nº 1. junho de 1993. p. 6/8.

Rubens Ricupero: “O NAFTA poderá conduzir a uma nova configuração das relações dos Estados Unidos com a América Latina... A discussão sobre o tema reflete a falta de clareza quanto às motivações dos EUA ao buscar o NAFTA. Se a motivação foi sobretudo política, com o objetivo de apoiar e ajudar a consolidar reformas econômicas e políticas em curso num país que compartilha 2000 km de fronteiras com os EUA, haveria pouco incentivo para dar continuidade hemisférica aos acordos de livre comércio. Se, no entanto, o impulso foi sobretudo econômico, estimulado pela percepção de que, mesmo no caso de êxito da Rodada Uruguai, os grupos regionais oferecem a oportunidade para um “GATT-plus” ou para uma integração mais profunda entre um grupo de países animados por propósitos convergentes, haveria razão para crer que os acordos de livre comércio devem estender-se a outros parceiros além do México...”

“O NAFTA espelha o processo de integração em curso na América do Norte. Mais do que um simples acordo de livre comércio, é, na sua dinâmica, um projeto de mercado comum, sem esse nome. Promove um tipo de integração profunda e, por isso mesmo, talvez não seja um modelo ou o mais adequado para países que não atingiram - nem talvez cogitem fazê-lo - o mesmo nível de convergência com os Estados Unidos. É por essa razão que sua extensão para outros países latino-americanos, embora uma evolução positiva, suscita opções difíceis para alguns deles, como o Brasil: os que ficarem fora da área de livre comércio poderão sofrer perdas tanto no mercado americano como no latino americano; os que aderirem deverão enfrentar um ajustamento profundo, associado a uma perda na diversificação de mercados. No limite, a criação de uma Área Hemisférica de Livre Comércio coloca em questão tanto o Mercosul quanto a Aladi. Essas questões transcendem o espaço do comércio e tocam pontos centrais de uma política latino-americana. Na verdade, a posição do Brasil em relação ao NAFTA e sua eventual expansão para uma AHLC constitui um dos mais importantes desafios para a política externa brasileira na presente década. As indagações e incertezas que cercam o tema impedem a formulação de uma resposta conclusiva neste momento.

Rubens Ricupero e Sergio Amaral - O NAFTA e o Brasil. **Política externa**. vol. 2. nº 1. junho de 1993. p. 90 a 100. Obs.: Rubens Ricupero é o embaixador do Brasil em Washington.

Bresser Pereira: “O Brasil deveria interessar-se ativamente pela formação de um Bloco Americano. Não é esta, entretanto, a posição oficial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty) e de alguns dos principais economistas que analisam as relações internacionais do Brasil. O multilateralismo continua a ser um ideal a ser atingido. Mas devemos ser realistas. A curto e médio prazo não há espaço no mundo para o multilateralismo. Os blocos estão em pleno processo de constituição. Blocos que poderão não ser um obstáculo ao multilateralismo futuro, desde que não sejam acompanhados de maiores barreiras de comércio e da adoção de práticas de comércio administrado. Ou tratamos de ser incluídos no Bloco Americano, ou ficaremos de fato excluídos... A Iniciativa para as Américas é para o Brasil uma “apólice de seguro” contra as perplexidades e indefinições em um mundo de rivalidades de blocos e ausência de lideranças econômicas hegemônicas.”

Luis Carlos Bresser Pereira e Vera Thorstensen - Do Mercosul à integração americana. **Política externa**. vol. 1 nº 3. dezembro de 1992. p. 136/139/140.

Rubens Barbosa: “A decisão de formar o Mercosul é, antes de mais nada, uma confirmação prática de que o Cone Sul latino-americano representa, de fato, o tema singular de maior importância nas relações externas do Brasil contemporâneo, a área efetivamente prioritária no imenso leque de nossas prioridades externas. É no Cone Sul que estão concentrados nossos principais interesses econômicos e políticos e onde devem confluir nossos esforços de modernização e de inserção internacional, com vistas a uma adaptação bem sucedida às atuais condições da nova ordem econômica mundial... O Mercosul significa a aceitação implícita de uma evolução no conceito de soberania absoluta, e pode ser visto assim como uma mudança de paradigma nos fundamentos conceituais das relações exteriores do Brasil.

Rubens Antônio Barbosa - A integração regional e o Mercosul. **Política externa**. vol. 1 nº 2, setembro de 1992. p. 132/7. Obs.: Rubens Barbosa é responsável pela área de integração latino-americana do Itamaraty.

Identidade, diferença e socialismo

LYNNE SEGAL

As identidades sociais não são necessariamente identidades políticas e isto sequer é desejável.

A contradição que sentem as mulheres entre as pressões por serem e por não serem mulheres só será resolvida num processo histórico.

No centro do debate atual está a declinante relação do feminismo com o socialismo desde o final dos anos 70.

As identidades sociais não necessariamente são identidades políticas e isto sequer é desejável. Os imbricados caminhos do feminismo contemporâneo constituem a melhor ilustração disso. Podemos desejar desfrutar nossas vidas enquanto mulheres, ainda que tratemos de livrar-nos do mito feminino da virtude e do sentimento materno, a identidade de mulher como a conhecemos. Nem nosso apego a uma identidade de gênero como tal, nem seu rechaço, desembocaram em estratégias políticas claras.

Política da identidade

Assinalando que é inevitável que as mulheres atuem em torno de sua identidade de gênero e que é necessário acolher, mais do que rechaçar ou tentar transcender, suas múltiplas contradições, a feminista norte-americana Ann Snitow diz que "a contradição urgente, que sentem as mulheres, entre as pressões por serem e por não serem mulheres apenas mudará com um processo histórico; não pode ser dissolvida pelo pensamento puro".

Mas ainda assim, tem havido divisões recorrentes no feminismo entre aquelas que destacam as semelhanças e aquelas - aumentando em número e influência desde o final dos anos 70 - que insistem nas diferenças entre mulheres e homens. Dentro do feminismo contemporâneo, aquelas procuraram estratégias tendentes a igualdade e a compartilhar o poder, enquanto as estratégias destas buscam afirmar o significado das maneiras "maternas" de celebrar os prazeres "femininos" e denunciar, e pedir a proteção, ante a violência e o abuso "masculinos".

O fato é que a identidade, mais do que surgir da posição de gênero, classe, raça ou situação étnica, ou de uma orientação sexual, religiosa ou outra particular, emerge de um sentimento de pertencer a um meio social e histórico específico. A força e o sentimento de afirmação que podem oferecer esses âmbitos e a consideração de sua orientação política baseada na oposição direita/esquerda, agora fora de moda, determinarão se a atual proliferação de identidades oferece novas formas de resistência ou é um recuo conservador frente à mudança.

Feminismo e socialismo

Dentro do feminismo, estes conflitos e o ponto até o qual as similitudes ou diferenças de gênero foram o centro do debate tem que ver com a *declinante relação do feminismo com o socialismo desde o final dos anos 70*. Isso está relacionado, por sua vez, com o declínio geral do apelo do socialismo. Há pouco menos de uma década, muitas feministas, que eram também socialistas, ainda acreditavam (apesar das dificuldades para trabalhar com a esquerda tradicional e o movimento operário) que a característica mais importante de sua política era a capacidade de transformar e enriquecer os programas e as teorias socialistas definidas pelos homens, para incluir a experiência, a vida pessoal e a política cultural das mulheres dentro dos interesses de todos os setores oprimidos.

Hoje, quanto a própria esquerda luta para sobreviver num ambiente frio e corrosivo, são mais numerosas aquelas que estão de acordo com a feminista norte-americana Zillah Eisenstein, importante teórica feminista socialista nos EUA dos setenta, que declarou recentemente - adaptando-se ao que percebe como novas realidades - que a "definição do feminismo como socialista tem agora pouco sentido político". O socialismo, segundo ela, parece oferecer pouco às mulheres, e o foco radical do feminismo deve centrar-se nas "particularidades das vidas das mulheres". Eisenstein argumenta agora - concordando com as partidárias da "teoria da diferença" - que as feministas deveriam perseguir, em sua identidade específica como mulheres, uma política que as unifique entre si mediante a afirmação e valorização de sua experiência "diferente".

Para ilustrar sua argumentação, Eisenstein faz referência à luta pelos direitos reprodutivos: "o ponto de partida da teoria e da política nisto é *tanto* a pessoa (sua especificidade) como o direito à liberdade de reprodução (que é universal)". Todavia, apesar da importância da questão do aborto, esta estratégia é muito pouco convincente para atingir uma luta política comum



Escher

que unifique todas as mulheres. De fato, nada polariza tanto as mulheres como a questão do aborto: as principais e mais ferozes opositoras do direito das mulheres a abortar, no Ocidente, são outras mulheres. Nos EUA, por exemplo, elas levam adiante seu combate - colocando bombas em clínicas e semeando o terror entre as mulheres grávidas -, defendendo expressamente a particularidade das mulheres, sua diferença (apoiadas, naturalmente, pela Igreja Católica e outras forças da "maioria moral").

Conflitos no movimento

Precisamente o que tem a ver com o mais claramente feminino é o que divide de maneira mais dramática as feministas em luta pelos interesses das mulheres hoje. As que insistem na "diferença" destacam, como é de se esperar, o corpo feminino, a sexualidade e a reprodução humana (ou nas versões mais sofisticadas do "feminismo francês", os significados inconscientes e físicos que se atribui ao corpo feminino e à experiência materna). Contudo, é mais simples que as mulheres se unam em torno da demandas econômicas do que em torno da sexualidade e dos significados do corpo feminino.

Estas divergências não são tão surpreendentes quando se reconhece a complexidade dos discursos sobre as "identidades". A meu ver, nunca faltarão explicações sobre que tanto a "feminilidade" como a "masculinidade" são muito mais complexas e matizadas do que pode registrar qualquer simbolismo cultural.

O que desejamos adotar num momento, desafiando a opressão que compartilhamos, em outro podemos querer descartar como se isso nos limitasse aos marcos dos discursos, instituições e práticas culturais tradicionais. A celebração da especificidade feminina recorre a conceitos que estabelecem a diferença sexual, a que, enquanto feministas, também devemos nos opor, inclusive quanto tratamos de subverter o sistema de valores *androcêntricos* que acompanham tal diferença. As mulheres como tais, independentemente de que estejam muito oprimidas, não necessariamente adotam uma identidade opositora. De fato, o contrário é o mais provável. Este paradoxo da teoria da diferença das mulheres é comum a toda política da

identidade, já que as divisões forçosamente proliferam tanto dentro como por fora da afirmação de toda identidade específica.

O exemplo dos EUA

É certo que vinte anos de feminismo *não conseguiram* melhorar a posição econômica da totalidade das mulheres, apesar de terem provocado muitos avanços para algumas. Isso é verdade para a maioria dos países ocidentais. Mas em nenhum lugar isso é tão claro como nos EUA, onde os contrastes entre as vidas das mulheres vinte anos depois são agudos e os conflitos dentro do feminismo e em sua relação declinante com o socialismo dramáticos. É aí onde melhor se ilustram os problemas relativos ao feminismo, a política da identidade e a esquerda.

Apesar de contar com o movimento feminista mais numeroso e influente do mundo, as mulheres dos EUA são as que experimentaram a menor mudança *global* de suas desvantagens relativas, em comparação com outras democracias ocidentais. Como mostra Barbara Ehrenreich, na classe média profissional, as mulheres avançaram muito, pois sua representação nas profissões liberais mais prestigiosas e lucrativas aumentou entre 300 e 400% em uma década. Também irromperam no mundo das grandes companhias, onde 30% dos empregos administrativos são agora ocupados por mulheres; o número de egressas de escolas de comércio passou de 5% em 1973 para 40% em 1986. Todavia, fora da classe média profissional, a situação de muitas mulheres foi de frustração, derrota e, para setores significativos, de miséria crescente.

A primeira grande derrota do movimento de mulheres nos EUA ocorreu em 1977, com a supressão da assistência médica estatal para o aborto. A derrota seguinte foi a da emenda de direitos iguais (ERA, que deveria garantir salários iguais para trabalhos iguais), em 1982, seguida de cortes massivos que a era Reagan introduziu no orçamento da assistência pública e do aumento vertiginoso da pobreza, em especial entre as mulheres e homens negros e de outras minorias étnicas. Mais mulheres, em especial as mães solteiras, eram não só mais pobres que as mulheres de sua mesma classe e raça de vinte anos atrás, mas além disso sua pobreza tornou-se mais pesada devido aos novos cortes no orçamento social.

O papel das lutas populares

Ex-feministas, como Sylvia Hewlett, dizem que o feminismo foi incapaz de proteger as mães, e criticam-no, injustamente, dizendo que nunca lançou reivindicações de ajuda à maternidade ou pobreza. Hewlett se opõe agora a toda lei de direitos iguais, defendendo uma atenção exclusiva ao apoio à maternidade.

A pauperização crescente dos pobres nos EUA não é o produto do fracasso do programa feminista pelos direitos iguais ou por ações concretas para melhorar a posição das mulheres (ação afirmativa); de fato, muitas tiveram êxito. É antes o produto das debilidades históricas do movimento operário norte-americano para proteger os direitos das e dos trabalhadores, e para conseguir qualquer tipo de sistema mais amplo de previdência. A percentagem de trabalhadores sindicalizados caiu de 30% nos anos 50 para 17% hoje, depois de diversos ataques tanto do grande capital como do Estado.

Assim, não é surpreendente que os Estados Unidos sejam a única democracia ocidental importante onde as mulheres não conseguiram melhorar em nada seus salários com respeito aos dos homens durante as últimas duas décadas. Na Suécia, a discrepância entre os salários de mulheres e homens é menor, com as mulheres recebendo 87% do que recebem os homens; na Inglaterra recebem 69%; e nos EUA, apenas 59%. Da mesma forma, as creches e outros serviços são melhores nestes países, assim como temos aí um número muito maior de mulheres parlamentares.

Parece estranho que as feministas esqueçam as metas tradicionais dos partidos socialistas ou social-democratas e do movimento operário organizado para os objetivos e estratégias feministas, independentemente de suas debilidades e limitações e apesar do quanto custou às mulheres influírem para arrancar estas conquistas. Em uma época em que os passos dados por algumas mulheres é eclipsado pelo agudo aumento da pobreza de outras (somada ao desemprego dos homens de sua classe ou grupo), parece perverso levantar os interesses específicos das mulheres *contra* e não *junto com* outras metas socialistas tradicionais, que entram em contradição com a lógica do livre mercado. □

Esta é uma versão condensada de um artigo publicado na New Left Review n° 186, de janeiro/fevereiro de 1991.



Escher

Os gatos da noite

“Os tempos modernos”, é o que todos professam. Mas, nem por isso o sexo deixou de ser tabu. Pior ainda quando se fala em prostituição de homens. Apesar de ser considerada uma das profissões mais antigas para as mulheres, ainda gera polêmica. A naturalidade só lhe cai bem nas novelas de TV. Para tentar inovar, a novela global “De corpo e alma” apostou na moda do Clube de Mulheres - versão masculina do tema. Tudo pareceu verossímil. Entretanto, os interessados em tipos como Vitor Fazano, devem entrar em contato com a Central Globo de Produção.

Enquanto para os personagens as madas eram um alvo fácil e corriqueiro, quase todos os michês (garotos de programa) saem com homens. A procura das mulheres é insignificante e se limita basicamente às agências anunciadas nos jornais. “As mulheres são mais tímidas, e aí damos trela para desinibir. Se elas nos procuram mmis de uma vez, mandamos o mesmo garoto, porque elas se apaixonam facilmente”, ironiza o agenciador André J.

Bonito, de olhos verdes, pele lisa e morena, cabelos escuros e encaracolados, André aparenta 24 anos. Mas tem 21 e se diz velho: “hoje em dia, praticamente só agência, porque os clientes querem rapazes de 15 a 18 anos no máximo”. André começou a se prostituir aos 16 anos. “Quando descobri minha homossexualidade, fiquei perdido e comecei a fazer michê”.

As transas no começo engordavam o salário de cabeleireiro. Hoje, ele ganha 600 dólares quinzenais, pois recebe a metade do dinheiro levantado pelas 40 garotas e 80 rapazes agenciados. Um programa de três horas custa de 100 a 150 dólares - se a cliente for mulher, o preço é mais alto. A taxa nas ruas é dez vezes menor. André, porém, sonha com o próprio salão de beleza. “O risco é alto, a concorrência é grande, não quero ficar nisto a vida toda”, avalia o agenciador.

Vida dividida. *Os “gatos” de programa não têm sete vidas, mas apenas uma, dividida em duas. Eles assistem aulas, trabalham e vão ao cinema com a namoradinha. Alguns, mantêm uma relação à moda antiga com a moça, sexo só depois do altar. Quando chega a noite, partem para as áreas de pegação. Como todos os grupos marginalizados também frequentam guetos.*

O simpático André J., por exemplo, estava se divertindo no inferninho Proibidú's, na Rua Amaral Gurgel. A dona

da casa, a famosa e respeitada travesti Andréia de Maio, nos apresentou: “André, pega dois travecos, leva lá no camarim para responder as perguntas da moça”.

Atravessamos o salão. Não fossem o cheiro impregnante de colônia barata, a boate seria igual a um laboratório de fotografia, com as paredes e o teto pintados de preto. Um ambiente bastante esterecedor para quem nunca circulou por aquelas bandas. Os leões-de-chácara estão sempre a postos. O movimento começa depois das duas da madrugada. Travestis e meninos dançavam e se beijavam apaixonados.

Programa Pegação. *Tirando o sucesso financeiro de Anfré, sua história de vida é bastante comum entre os michês. “O dinheiro é uma motivação inicial, mas funciona como um alibi para o garoto exercer a sua homossexualidade”, avalia o psicólogo Paulo Henrique Longo, coordenador do programa Pegação, Núcleo de Orientação em Saúde Social (NOSS). “As famílias aceitam com mais naturalidade do que se imagina, afinal, a renda entra no orçamento doméstico. Conheço casos nos subúrbios, onde os garotos são levados pelos próprios pais”, disse.*

Há cinco anos, a equipe de Longo procura dar um atendimento integral aos michês no Rio de Janeiro, que encontram desde tratamento dentário até psicológico. “Nós estabelecemos um perfil dos garotos, num estudo em 1989, que é parecido com o do menino de rua, desorganizado, com muita concorrência entre si, não fazendo mais de três programas semanais”.

A AIDS não é o pior monstro assombrando a vida dos michês, que convivem com a morte diariamente, tanto nas mãos dos clientes violentos com da polícia. Segundo João Luiz Grandi, enfermeiro do Centro de Referência em AIDS da Secretaria Estadual de Saúde “a preocupação com a AIDS aparece, mas em segundo plano”. O enfermeiro começou recentemente a desenvolver uma pesquisa com michês e travestis. O estudo prevê testes de AIDS e entrevistas com os que o procuram, além da distribuição de camisinhas. Uma das conclusões tiradas é que a auto-estima dos rapazes que trabalham na rua é inexistente, e afirma: “estes meninos de rua não têm perspectiva de enriquecer, estão na luta pela sobrevivência”.

Adélia Chagas é jornalista do Brasil Agora



ASSIN. VENDE NA EDICAO 270,
FABIO PEREIRA DOS SANTOS
R. DOM LEOPOLDO T. 311
SAO PAULO SP 05458-040

PORTE PAGO

**DR/SP ISR 40-2063/85
DR/RS ISR 49-083/88**

IMPRESSO

UNE: em algum lugar do passado

DARLAN MONTENEGRO

A terceira derrota consecutiva do campo petista - aglutinado este ano em torno do Movimento UNE Democrática (MUDe), que era integrado também pelo PST-U - para a aliança PC do B/MR8, torna necessária uma avaliação crítica da nossa intervenção, visando não apenas potencializar a militância petista para disputar a direção do movimento mas, principalmente, superar o quadro de acentuada diluição em que se encontra o partido.

Problemas de fundo

Identificar com clareza os nós centrais das nossas dificuldades de intervenção significa reconhecer o empobrecimento, o atraso e, às vezes, até a demagogia que a têm caracterizado. Nossos militantes têm se questionado, com muita razão, sobre até que ponto nossa atuação se diferencia, na prática, do PC do B. Acredito que duas ordens de equívocos têm estado na raiz de nossos problemas.

O primeiro diz respeito aos limites da nossa concepção de democracia no movimento. Orientados nas noções gerais de representatividade, trabalho de base e pluralismo nas formas de intervenção, chegamos a um acúmulo razoavelmente correto sobre o tema, no plano teórico. Na intervenção concreta, porém, nossas proposições sobre democracia têm se limitado ao âmbito da UNE e, assim mesmo, aos aspectos burocrático-institucionais da entidade. O Congresso da UNE transformou-se no palco da apresentação de blocos de propostas "democratizantes" que se resumem às estruturas da entidade. No cotidiano do movimento, pouco fazemos que nos diferencie dos setores aos quais nos opomos.

Uma excessão louvável foi a articulação de um movimento de mulheres universitárias com razoável grau de autonomia, durante o ano passado. Foi, porém, sufocado pela sanha autoritária do PC do B e pela omissão do conjunto dos diretores petistas na gestão passada. De resto, parece que deixamos a ousadia em algum lugar do passado.

Onde está o PT?

Outro problema grave tem sido a ausência do PT enquanto partido organizado que atue no movimento. A diluição das instâncias e a não realização de um Encontro Nacional de Estudantes Petistas (ENEPT) desde 1991, fazem com que a intervenção do partido se dê de forma dispersa,

tendo como direção aqueles que se encontram nas estruturas nacionais das entidades e não a militância organizada. Essa diluição tem criado uma situação de ilegitimidade por parte daqueles que se pretendem direção do partido perante uma base que não possui espaços de interferência na definição da linha política.

Além disso, a inexistência de um perfil partidário definido, com propostas articuladas para o

máscara mal disfarçada para uma frente envolvendo PT e PST-U para derrotar o PC do B e ganhar o Congresso da UNE.

Tarefa árdua, uma vez que as diferenças entre os dois setores que compunham o MUDe mostraram ter tantas diferenças entre si quanto com o chamado "inimigo principal". Na verdade, um movimento criado num seminário de planejamento cujo "objetivo estratégico" era ganhar o Congresso da UNE já mostrava, desde o início, que pouco teria de diferente a acrescentar para o conjunto do M.E.: valeu tudo para tentar tomar o aparelho do PC do B. Após o Congresso, a autocrítica coletiva deve ser o ponto de partida para qualquer avanço político que queiramos realizar nos próximos meses.

Pra mudar a maré

Para retomar o desenvolvimento da concepção petista de movimento estudantil, a partir da estagnação que vivemos desde que perdemos a hegemonia na UNE, é necessário rediscutir a questão da democracia no M.E. partindo de uma definição mais clara dos nossos projetos para a Universidade e para o movimento. Ter uma concepção de movimento que privilegie a criação de espaços de intervenção coletiva na base, criando consistência para a disputa do nosso projeto de universidade. Aplicar, na prática, um discurso que vimos repetindo há anos: o centro da nossa elaboração sobre M.E. não deve ser a UNE, mas o conjunto do movimento.

Retomar a intervenção unificada do PT deve ser outra prioridade urgente: a tendência à utilização do MUDe como desculpa para a diluição partidária deve acabar. O período recente da nossa intervenção deixou claro que a existência de estruturas partidárias em funcionamento é muito mais democrática que a diluição que concentra as decisões nas mãos de uns poucos. É urgente a realização de um ENEPT.

Além disso, a rearticulação partidária cria condições para a tomada de definições no que tange ao nosso projeto de M.E., fazendo com que decisões fundamentais, tais como a permanência ou não na diretoria da UNE sejam tomadas em função desse projeto, e não ao sabor da frustração das derrotas. A realização de um seminário com dirigentes petistas da UNE e das executivas de curso pode ser o ponto de partida para a reunificação da intervenção partidária com base em princípios democráticos. □

Darlan Montenegro é membro da executiva da UNE.